



O futuro do ensino, já em discussão



João Cardoso Palma Filho Elba de Sá Barreto Octávio Eliseo Jorge Hage

Se a educação no Brasil chegou ao ponto em que se encontra atualmente — primeiro grau que não consegue cumprir fielmente seu papel; segundo grau sem características definidas; ensino superior que segue uma falsa padronização — muito se deve à Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, em vigência desde 1971. Com a nova Constituição, será elaborada uma nova LDB — assunto a que já vêm se dedicando deputados e educadores. Pags. 7, 8 e 9.



O trabalho pioneiro do Centro de Referência de Hemoglobinas.

Pág. 5

Reestruturação administrativa na Reitoria

Mais flexível na prestação de serviços e ágil nos processos decisórios. Assim é a nova estrutura administrativa da Reitoria, adotada a partir do novo Estatuto e da autonomia universitária.

Pág. 4



A visita do historiador cubano Manuel Moreno Fraginals.

Pág. 10

Docente da UNESP é o novo presidente do CONDEPHAAT.

Pág. 14

Fundunesp tem novo presidente

O professor Jorge Nagle substitui o professor Nilo Odália na direção da entidade.

Pág. 11



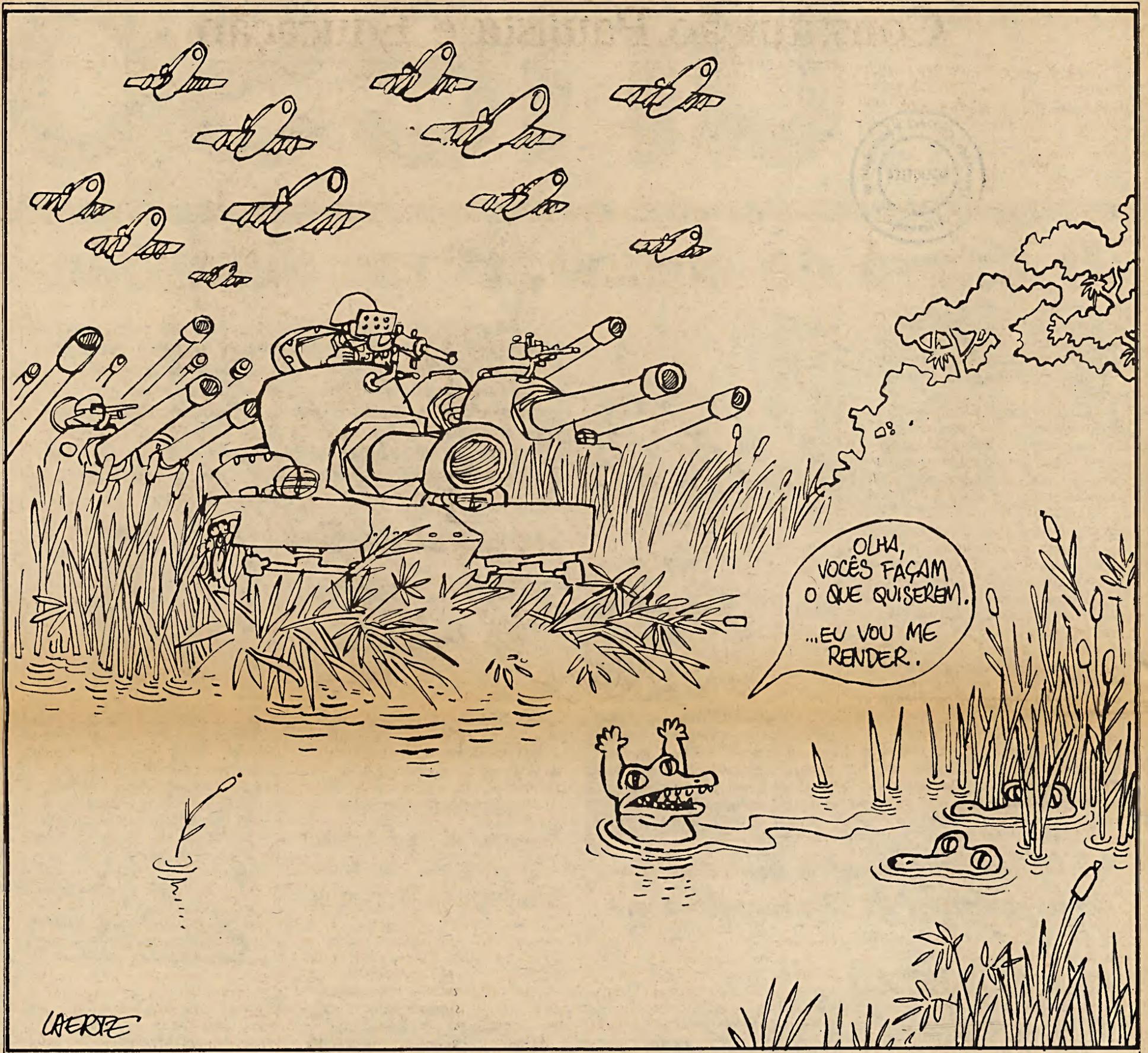
OS NOVOS HOMENS DAS CAVERNAS.

Pág. 12

Reforma agrária, em projeto multidisciplinar

Envolvendo oito áreas do conhecimento, o projeto reúne os 40 núcleos de assentamento rural do Estado.

Pág. 6



unesp

universidade Estadual Paulista
Reitoria: Praça da Sé, 108 — CEP 01001 — São Paulo, SP.
Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetã, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.
Autarquia Vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia — FATEC — de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).
Outras Unidades: Instituto de Física Teórica (São Paulo) e Instituto de Pesquisas Meteorológicas (Bauru).
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim
Vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento: Arthur Roquete de Macedo

Pró-reitor de Graduação: Antônio Cesar Perri de Carvalho
Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Antônio Manoel dos Santos Silva
Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: Carlos Ruggiero
Diretores das Unidades Universitárias: Acyr Lima de Castro, Antenor Araújo, Antônio Espada Filho, Antônio Carlos Massabni, Antônio Quelce Salgado, Bruno Mancini, Carminda da Cruz Landim, Cécilio Linder, Cezar Piedade Júnior, Dinah Borges de Almeida, Fernando Mesquita Lara, Flávio Abranches Pinheiro, Irineu Bicudo, Irineu de Moura, Jayme Wanderlei Gasparoto, Joji Ariki, José Enio Casalecchi, José Ribeiro Júnior, Lourival Larini, Márcio Rubens Kuchembuck, Marcos Alegre, Nelson Múrcia, Tatsuko Sakima e Telmo Correia Arrais.
Representantes Docentes: Almir Lima de Castro, Elcio Marcantônio, Jehud Bortolozzi, Manoel Lelo Belloito e Roberto Ribeiro Bazilli (titulares); Anna Maria Martinez Corrêa, Antônio Carlos Busoli, Izidoro Antônio Pescinini, Maria Amélia Máximo de Araújo e Oisenyl José Tamega (adjuntos); Célio Raimundo Machado, Cláudio A. Rabello Coelho, José Perozin, Maria Cecília Mattoso Ramos e Paulo Magalhães Filho (assistentes doutores); Dib Ge-

bara, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Myrna Therezinha Rossi Rego, Reynúncio Napoleão de Lima e Sérgio Amâncio Cruz (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Mieko Kimura, Petrónio Massanobu Tanisho, Roneli Maria de Souza Pina e Silvana Aparecida Gregório (auxiliares de ensino).
Representantes Técnico-administrativos: Aداuto José da Silva, Airton Campesi, Benedito Carlos Piveta, Gessé Gerardi, João Pedro Pagotto, José Munhoz Fernandes, Luiz Gonçalves Rodrigues, Maria da Piedade Peixoto Santos, Marisa Nunes Galvão, Reinaldo Teixeira de Oliveira e Waldemar Pessoa da Cruz.
Representantes Discentes: Alexandre Salino, Aúdinei Carlos das Neves, Celso Melrelles Caseh, César Augusto Moreira, Francisco Sérgio Bernardes Ladeira, Júlio Sérgio Aires de Almeida, Márcio José Cicogna Gimenez, Maria Júlia Azevedo Gouveia, Ricardo Cirelli Neto, Roberto Sampalo Gândara Júnior e Sérgio Marrone Ribeiro.
CEETPS: Oduvaldo Vendrameto
FAESP: José João Auad Júnior
FIESP: Horácio Lafer Piva
FCESP: Abram Szajman

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Imprensa.
Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar (CEP 01001), São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 32-7757.
Editor responsável: José Roberto Ferreira (MT 17.039)
Editor: Paulo Velloso
Redação: Adriana Machado, Denise Pellegrini Montes e Katia Saisi.
Editor de Arte: Celso Pupo
Produção: Sérgio Lopes
Tiragem: 19.000 exemplares
Composição, Fitolito e Impressão: Cia. Editora Jorúês.
 A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.



Constituição Paulista e Educação

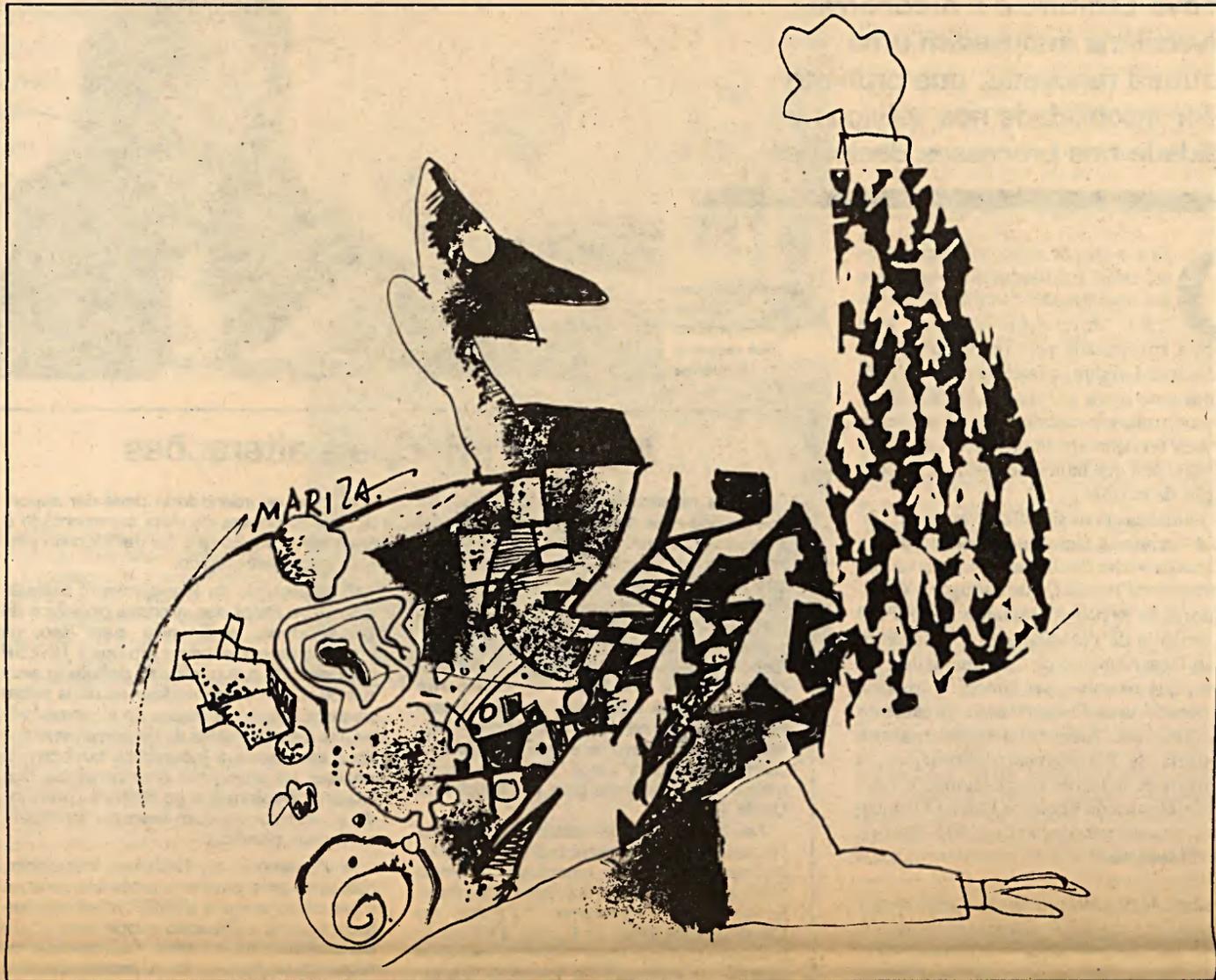
Todos nós sabemos que não é tarefa simples elaborar uma nova Constituição. É, porém, obrigação de todos nós tentarmos fazer algumas sugestões que possam contribuir para que essa complexa tarefa produza um conjunto de normas que aperfeiçoem o perfil de nossa convivência social neste Estado. Esse é o propósito que nos estimula a apresentar algumas considerações sobre a área educacional, neste momento em que a Assembleia Legislativa se mobiliza para realizar a etapa final do processo constituinte. Embora as nossas considerações estejam dirigidas para a área educacional, parte delas talvez possa servir para outras áreas, para a formulação constitucional em geral.

Vejamos algumas questões preliminares.

A Constituição do Estado está sendo elaborada sem que se saiba como serão as normas da legislação complementar que a União deverá estabelecer (esperando-se que, nesse particular, sejam evitadas confusões entre a legislação que é válida para todo o sistema nacional de educação e a legislação que só é válida para as instituições escolares criadas e mantidas pelo Governo Federal). O que se deve, porém, ressaltar neste momento são as consequências de não termos, ainda, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Por sua vez, devemos decidir sobre as normas gerais, primeiro passo no sentido de ajustamento dos dispositivos da Constituição Federal às características do Estado de São Paulo; todavia, é preciso não esquecer que, além de outros textos legais, deverá ser elaborada legislação estadual complementar, o Código de Educação. Ora, este é um importante alerta para que, durante o processo constituinte, limitemos-nos às matérias especificamente de natureza constitucional. Não devemos chegar a determinados níveis de porinvenção, até porque esse encaninhamento poderá constituir barreira para o próprio processo de desenvolvimento da educação no Estado. Tudo isso, é claro, sem discutir a existência de variadas normas inovadoras da Constituição Federal, em relação às quais a nossa experiência é pequena, quando não é nula.

É preciso, além disso, cuidar de alguns aspectos referentes, fundamentalmente, a questões de conteúdo. Digamos, para iniciar, que deve ficar muito claro qual a ordem de problemas que a nova Constituição Estadual deve enfrentar e tentar solucionar, o que implica a qualificação dos problemas. Como sabemos, nem tudo é importante ou prioritário, pelo menos no mesmo grau. Apenas para fornecer uma indicação geral, a nova Constituição do Estado deve conter dispositivos que revelem o máximo de empenho dos poderes públicos na reconstrução da escola pública, nos seus diferentes níveis.

Sem dúvida, precisamos ter um texto que se sustente em relação à realidade estadual, mesmo que isso signifique conter menor número de imposições; porém, desde que o que for essencial



tenha ineiros seguros de ser realizado. Essa orientação também será importante para a formulação do Plano Estadual de Educação, enquanto instrumento executor da política educacional do Estado. Propor preceitos muito distantes das possibilidades de realização não só desmoraliza, mais uma vez, o próprio conteúdo constitucional, como desmoraliza os poderes públicos; de qualquer modo, devemos evitar que retornem as velhas comparações entre o "país ideal" e o "país real". É, justamente, nesse particular, que a fixação de prioridades constitui critério eficaz para impedir expectativas que ultrapassem nossas condições objetivas de atendimento, pelo menos no curto prazo — parafraseando, com bastante liberdade, ilustre intelectual brasileiro, é ilusão julgar que exista alguma arte de salvar a educação brasileira, ou paulista, daqui a quinze dias.

No quadro dessas preocupações, devemos atender a uma forte demanda, tanto por motivos doutrinários como práticos: fugir, ao máximo, da nossa ultrapassada tradição centralizadora, pela qual se teima em resolver os problemas educacionais do Estado de um único núcleo administrativo. Está mais do que na hora de procurarmos envolver, ativamente, todos na busca de solução dos nossos problemas, bem como está mais do que na hora de atribuímos o máximo de competência às unidades escolares, pois as escolas são as responsáveis pelas tarefas confiadas à educação de nossa população. Nem

devemos nos esquecer que, adotados os sadios princípios da descentralização, da desconcentração do poder, no campo da educação, estaremos, ao mesmo tempo, favorecendo o desenvolvimento das iniciativas municipais e até mesmo regionais (de conjunto de municípios); estaremos, igualmente — o que é de suma importância —, favorecendo o aparecimento de variedade de modelos, de novas experiências na área educacional e, talvez, consigamos, assim, romper com outra nefasta tradição, a do modelo único. E o que dizer, então, desse resultado, tão esperado, que consiste na inauguração de um novo estilo político-administrativo para a educação no Estado de São Paulo?

Passemos, agora, a uma questão particular.

Trata-se da criação do Conselho Estadual de Ensino Superior do Estado de São Paulo.

Deixando de lado a análise de alguns pontos que devem ter sido fruto da ligeireza com que foi elaborado o artigo 283 do anteprojeto de Constituição — por exemplo, ausência de rigor no uso das expressões "ensino superior" e "sistema de ensino universitário"; o grau de autonomia fixado para o Conselho; a competência deste para aplicar sanções — notemos, no momento, apenas esse ponto mais importante: a criação desse Conselho ofende a história da nossa educação, incluindo aí a tradicional luta de educadores e de homens públicos preocupados com os nossos problemas educacionais. E

ofende porque, ao segregar o ensino superior, inútil a noção de sistema educacional, destrói o sentido de unidade, tão necessário ao conjunto de nossas instituições escolares; destaque-nos a quebra até dos atuais e precários mecanismos de articulação entre os diversos níveis de ensino.

Então, a que vem essa arrogante proposta, justamente na ocasião em que a Constituição Federal e mesmo o anteprojeto da Constituição Estadual, além de anterior decreto do Governo do Estado situam, com suficiente clareza, a autonomia universitária? E o que dizer da proposta de composição do tal Conselho, que inais parece um instrumento para distribuir (ou diluir?) responsabilidades que devem ser, especialmente com a autonomia, exclusivas da universidade, ou melhor, das universidades públicas do Estado de São Paulo?

Aguardemos os debates que, em breve, deverão ocorrer durante as sessões do Poder Constituinte deste Estado; e aguardemos com a esperança de que teremos uma Constituição com normas tipicamente constitucionais, que distribuam, ao invés de concentrarem, competências, que tais normas tenham condições objetivas de efetivação, que estimulem o aparecimento de modelos alternativos e que inaugurem um novo estilo político-administrativo neste Estado — e que, também, evitem aberrações como a desse esdrúxulo Conselho Estadual de Ensino Superior.

Aguardemos.

Reitoria tem nova estrutura administrativa

O novo Estatuto e a autonomia universitária impuseram uma estrutura renovada, que promete maior flexibilidade nos serviços e agilidade nos processos decisórios

Desde o mês de maio, a Reitoria vem sofrendo profundas alterações em sua organização. No dia 11, o Conselho Universitário aprovou uma proposta apresentada pelo reitor Paulo Milton Barbosa Landim, contemplando a Reitoria com uma nova estrutura administrativa. A nova estrutura possibilita uma maior agilidade nos serviços e a implantação das Pró-Reitorias, sem que haja a necessidade de contratação de pessoal.

As mudanças mais significativas dizem respeito à Secretaria Geral, que teve alterada a natureza de várias de suas atribuições; ao Departamento de Pessoal, que dá lugar à Coordenação de Recursos Humanos; e à APLO — Assessoria de Planejamento e Orçamento — e ao Departamento de Contabilidade e Finanças, que passam a ser concentrados pela Coordenação de Planejamento, Orçamento e Contabilidade. Além disso, foram criadas a Assessoria de Planejamento Estratégico, a Assessoria de Relações Internacionais e a Assessoria Técnica de Recursos Extra-Orçamentários, esta última vinculada à Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento (veja quadro).

O nível de desenvolvimento alcançado pela Universidade nos últimos anos já pedia uma reestruturação da Reitoria. Pequenas alterações foram sendo realizadas, visando principalmente a solução de crises momentâneas. Mas, com o novo Estatuto em vigor, com o estabelecimento da autonomia universitária e com os objetivos impostos pela nova administração central, uma alteração maior era inevitável.

MAIOR AGILIDADE

O novo Estatuto pedia uma organização administrativa mais flexível e um processo decisório mais ágil. “A administração da Reitoria não estava mais comportando o acúmulo de atividades”, explica o reitor Paulo Milton Barbosa Landim. “Pretendemos transformar a Reitoria num órgão normativo, com a execução das tarefas ficando a cargo das unidades, o que tornará a administração leve e levará à agilização de soluções”.

Aliada a essas necessidades, havia o processo deflagrado com a autonomia universitária, que trouxe a necessidade de um planejamento sistemático das atividades da Universidade. Como todos os projetos têm que ser subordinados a um limite de receitas trazido pela autonomia, torna-se imprescindível um sistema de planejamento com maior responsabilidade de previsão de receitas orçamentárias e de gastos.

Além disso, a reestruturação se fez necessária para o cumprimento dos objetivos traçados pela nova administração, que privilegiam a melhoria da qualidade das funções exercidas pela Universidade, para elevá-la do ponto de vista do seu papel social. E esta tarefa não é de responsabilidade somente da administração central, e sim, do conjunto. “Não só os professores têm que mostrar eficiência, mas toda a máquina”, diz o reitor.

Atendendo a essas necessidades, a Reitoria passa a responder pelo planejamento, pela normatização de procedimentos administrati-



Maria Aparecida: melhor aproveitamento dos recursos humanos

vos e acadêmicos e pelo controle de atividades-fins da Universidade — ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade —, ficando grande parte da execução propriamente dita a cargo das unidades. “A renovação da estrutura da Reitoria incorpora modelos de subsistemas administrativos, que poderão se desdobrar por todo o corpo administrativo da Universidade”, diz o reitor.

BASE DA PIRÂMIDE

Toda a reestruturação por que está passando a Reitoria visa uma desconcentração administrativa e, conseqüentemente, um aumento de velocidade na tomada de decisões. Prova disso é a diminuição das unidades administrativas presentes na nova estrutura, em comparação com a anterior. Das 106 antigas, ficaram apenas 55 (veja tabela). Segundo Maria Aparecida de Lima Claro, coordenadora da Coordenação de Recursos Humanos, houve uma diminuição das funções executivas dentro da administração central. “Agora, as decisões operacionais estão presentes mais na base da pirâmide”, ela explica. “Com isso, haverá um aumento das responsabilidades reais de cada um”.

Maria Aparecida afirma ainda que haverá um melhor aproveitamento dos recursos humanos. “Diversas novas funções, inclusive dentro das Pró-Reitorias, serão executadas pelo mesmo pessoal, que apenas será remanejado”, lembra. Além disso, haverá uma grande participação dos grupos de trabalho — assessores, executivos, de planejamento etc — no encaminhamento das tarefas administrativas nesse novo modelo. “Os grupos de trabalho possibilitam toda essa reestruturação sem que se contrate ninguém”, diz o professor Paulo Landim. Esses grupos são constituídos para tarefas específicas, podendo seus integrantes formarem novos grupos, com outros fins.

O reitor Paulo Landim considera importante ainda a mobilidade funcional que a organização da Reitoria irá permitir. “Não teremos mais uma estrutura pesada, onde as pessoas estão presas a quadradinhos e, para evoluírem em suas carreiras, necessitam ocupar outro quadradinho”. Com ele concorda Maria Aparecida, para quem “a instituição do Plano de Carreiras e a valorização do profissional constituem os critérios mais adequados à ascensão funcional e ao crescimento profissional”. “Agora, será dada ênfase na competência e não na posição hierárquica”, ela finaliza.

Aqui, as principais alterações

Com a reestruturação da Reitoria, um dos órgãos mais diretamente atingidos foi a Secretaria Geral. E isso se deveu, principalmente, à criação das Pró-Reitorias, que incorporaram várias das atividades desenvolvidas naquele órgão. Em contrapartida, diversas outras funções foram repassadas à Secretaria Geral, que agora responde pelo Grupo de Legislação e Documentação e pela seção de expediente do Gabinete. A Secretaria passa a assessorar os órgãos centrais, concentrando informações acadêmicas e documentárias e sendo incumbida ainda do encaminhamento de expedientes para publicação no Diário Oficial.

Também a Coordenação de Recursos Humanos, que substitui o Departamento de Pessoal, tem nova organização e novas funções. Ficam agora sob sua responsabilidade o desenvolvimento do Plano de Carreiras e do Plano de Cargos e Salários, que deverá adequar os recursos humanos quanto ao mercado de trabalho, hierarquia e salários. Será dada atenção especial para uma forma mais rigorosa de seleção, desenvolvimento e avaliação do pessoal. A coordenação passa a ser dividida em duas partes: uma normativa, que indica os rumos para a política de recursos humanos de toda a Universidade, e uma outra, executiva, que cuida das funções realizadas pelo antigo DP.

A Coordenação de Planejamento, Orçamento e Contabilidade passa a concentrar a APLO e o Departamento de Contabilidade e Finanças, respondendo pelo planejamento operacional, programação, execução e acompanhamento orçamentá-

rios. Essa coordenação deve dar suporte, sob os pontos de vista orçamentário e financeiro, àquilo que foi definido no planejamento estratégico.

A Assessoria de Planejamento Estratégico deve tratar dos grandes objetivos da Universidade, verificando, para isso, os avanços da sociedade e em que a UNESP está inserida e, a partir daí, definindo seus rumos. Deve ainda realizar estudos sobre os pontos fortes e fracos da Universidade e suas possibilidades de desenvolvimento. Essa assessoria é incumbida também de analisar as propostas orçamentárias dos Núcleos Regionais e da Reitoria, propondo o orçamento, com base no montante de receita prevista.

A Assessoria de Relações Internacionais deve promover o intercâmbio cultural e científico entre a UNESP e instituições estrangeiras, agilizando o treinamento de profissionais no exterior e apoiando professores visitantes. Esta assessoria tem ainda a função de estabelecer contatos com embaixadas, consulados e fundações internacionais e também de manter informada a comunidade universitária sobre bolsas de estudo no exterior.

A Assessoria Técnica de Recursos Extra-Orçamentários, principalmente em virtude dos limites do orçamento impostos pela autonomia, necessita agilizar convênios com organismos internacionais, se possível, a fundo perdido. Deve implementar uma política agressiva de captação de recursos junto às agências financiadoras, priorizando os contratos que não tragam ônus para a Universidade.

A nova organização, mais enxuta e funcional

Unidades Administrativas	Departamento		Divisão		Serviço		Seção		Setor		Assist. Téc./Assessoria		Grupo		Coord.		Secretaria			
	* Ant	* At.	Ant.	At.	Ant.	At.	Ant.	At.	Ant.	At.	Ant.	At.	Ant.	At.	Ant.	At.	Ant.	At.		
Órgãos Centrais																				
Coordenação de Planejamento, Orçamento e Contabilidade	1	-	3	1	4	1	12	8	5	-	1	1	-	-	-	1	-	-		
Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento	2	-	4	1	5	2	22	5	8	9	1	2	-	2	1	1	-	1		
Coordenação Geral de Bibliotecas	1	-	1	-	2	-	7	-	-	-	-	-	-	3	-	1	-	-		
Secretaria Geral	-	-	1	-	3	-	10	1	5	-	1	-	-	4	-	-	-	-		
Assessoria Jurídica	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-		
Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa e de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	1	-	-	3		
Coord. Geral de Informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-		
Gabinete do Reitor	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	3	-	-	-	-	-	-		
TOTAL	4	-	9	2	14	3	52	15	19	9	5	9	-	9	3	4	-	4		
Total geral de Unidades Administrativas							* Anterior	106											* Atual	55

Anemia hereditária: desconhecida e fatal

Anemia hereditária — diferente da anemia causada principalmente pela desnutrição — é uma doença fatal que atinge, hoje, cerca de 12.000 brasileiros. Apesar disso, ela é praticamente desconhecida pela população e, o pior, por profissionais da área médica. O diagnóstico e a prevenção da anemia hereditária requerem um trabalho especializado, coordenado em todo o Brasil pelo Centro de Referência de Hemoglobinas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) do campus de São José do Rio Preto.

Os dois principais tipos de anemia hereditária são a anemia falciforme e a talassemia (veja quadro). A anemia falciforme é caracterizada pela mudança da forma dos glóbulos vermelhos, de "disco" para "foice", quando se verifica ausência de oxigênio. Na forma de "foice", os glóbulos vermelhos se agrupam facilmente, entopindo as pequenas veias. Isso acaba causando trombose e dores, principalmente no abdômen. Já a talassemia caracteriza-se pela diminuição do tamanho dos glóbulos vermelhos e também da hemoglobina em seu interior. O talassêmico tem no organismo altas taxas de ferro, que se depositam no fígado, baço, coração, veias ou tecidos, alterando suas funções.

O laboratório de Hemoglobinas, reconhecido desde 1975 pela Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia como Centro de Referência de Hemoglobinas, foi designado também, em 1988, "Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para o Controle de Anemias Hereditárias no Brasil". O Centro recebe uma média anual de 1.300 solicitações de exames, vindas de laboratórios, hospitais e universidades de todo o país; seu pessoal percorre diversas cidades realizando exames em escolares e ainda presta atendimento à população local.

O convite da Organização Mundial de Saúde — OMS — para que o Centro de Referência se tornasse um de seus centros colaboradores foi feita em outubro do ano passado. A OMS tomou conhecimento do trabalho realizado pela equipe através de um relatório de atividades enviado em 1985 pelo professor Paulo César Naoum, responsável pelo Centro. A partir daí, foi possível a organização, no IBILCE, do "11 Encontro Italo-Brasileiro de Talassemia", em 1988, com a participação de cinco médicos italianos, com subvenção da OMS. "Essa foi a oportunidade para que os assessores da OMS conhecessem a fundo o trabalho desenvolvido aqui e nos formulassem o convite", lembra Naoum.

O fato de ter sido designado colaborador efetivo da OMS não trouxe benefícios financeiros ao Centro, mas trouxe um sem-número de informações preciosas para o desenvolvimento de seu trabalho e avanço nas pesquisas. O Centro deve cumprir uma espécie de contrato, com duração de quatro anos, no qual se responsabiliza pela coordenação do controle das hemoglobinopatias em todo o país. "Isso aumenta muito nossa responsabilidade, porque temos que realizar um trabalho que corresponda às expectativas da OMS", diz o professor Naoum.

O projeto de controle das hemoglobinopatias no Brasil envolve 37 centros universitários e hematológicos de todo o país e tem o objetivo de prevenir, educar e tratar convenientemente os doentes. O Centro coordena as atividades desses estabelecimentos escolhidos pelo professor, dando as condições básicas de trabalho a eles, que envolvem técnicas para o reconhecimento das hemoglobinopatias, toda a tecnologia e as novas conceitualizações que são enviadas pela OMS, além de cursos que são ministrados pelo Centro. Mais de 300 pessoas já passaram pelos dois cursos anuais promovidos desde 1982 pelo Centro de Referência.

EXTENSÃO À COMUNIDADE

O serviço de prevenção de anemias hereditárias é realizado pelo Centro de Referência desde 1984. "De 1984 a 1987 analisamos perto de 20.000 escolares do segundo grau em São José do Rio Preto, equivalendo a quase 10% da população", calcula o professor. Segundo ele, outros 10.000 escolares da região de Presidente Prudente, Barretos e Araçatuba também foram analisados.

A equipe do Centro vai às escolas realizan-

Embora atinja mais de 12 mil brasileiros, o mal é desconhecido até mesmo por médicos.

O que confere importância ainda maior ao trabalho pioneiro do Centro de Referência de Hemoglobinas

O biólogo Paulo César Naoum (foto acima) coordena os trabalhos do Laboratório de Hemoglobinas do IBILCE de São José do Rio Preto: designado, em 1988, "Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para o Controle de Anemias Hereditárias no Brasil"



FOTOS LILO CLARETO



do um esclarecimento sobre a anemia hereditária — quais as causas e os cuidados a serem tomados por aqueles que são portadores. São distribuídos folhetos explicativos aos estudantes e é marcada a data para a coleta do sangue. As análises são feitas, os casos positivos são identificados e, posteriormente, essas pessoas são convidadas para uma reunião de esclarecimento. O sangue dos familiares também é coletado e analisado e todos aqueles que, comprovadamente, são portadores da anemia hereditária, recebem uma carteirinha explicativa, que deverá ser levada ao médico. Para a população carente da região, há tratamento gratuito no ambulatório de hematolo-

gia do Hospital de Base de São José do Rio Preto. "Esse trabalho é importante, porque leva o benefício da tecnologia alcançada dentro da Universidade a toda a população", explica o professor Naoum. "Mensalmente, recebemos uma média de 60 pessoas".

ENSINO E PESQUISA

As atividades desenvolvidas no Centro de Referência não fazem parte da estrutura curricular do curso de Ciências Biológicas do IBILCE. "Paradoxalmente, apesar de todo o nosso êxito, o currículo do curso de Ciências Biológicas não tem usufruído, em suas disciplinas, desse progresso científico e das expe-

riências realizadas aqui", lamenta Naoum. Para minimizar esse quadro, a alternativa foi o oferecimento de cursos de extensão e de estágios, num rodízio anual de cinco alunos, a partir de segundo ano do curso.

Dos trabalhos de pesquisa em desenvolvimento no Centro, todos relacionados com estudos populacionais, há um em fase de conclusão. De autoria do aluno de doutorado Firmino Alvarez Filho, a pesquisa visa estudar a forma como a anemia falciforme está distribuída no Brasil, com base nos resultados de 80.000 análises. Como conclusões, já é possível verificar que o Norte e o Nordeste são regiões prevalentes, onde o índice de portadores não doentes varia entre 4% e 7%, contra 1% na região Sul, por exemplo. De acordo com o professor Naoum, essa diferença se deve à utilização da mão-de-obra escrava africana na cultura de cana-de-açúcar e à miscigenação negro-indio no Nordeste. "Os africanos são, em grande parte, portadores da anemia falciforme imperceptível. Dessa forma, esse tipo de anemia aparece em grande número no Brasil, onde a população negra é mais intensa", comenta.

O Laboratório de Hemoglobinas está instalado em uma área de 110 metros quadrados de construção, com acabamento em conformidade com as normas internacionais de patologia clínica. É composto por três seções de pesquisas laboratoriais, uma sala de atendimento ao público, secretaria, uma pequena biblioteca, um laboratório reservado à pesquisa de alta tecnologia e duas salas de estudo. Os equipamentos são básicos, sem grande sofisticação. O Centro conta com uma bióloga contratada e dez estudantes, cinco da graduação, que fazem estágios e auxiliam na preparação de pesquisas, e cinco da pós-graduação, orientados pelo professor Paulo Naoum. **Denise Pellegrini Montes**

SERVIÇO

Centro de Referência de Hemoglobinas: rua Cristóvão Colombo, 2265 (CEP 15100), São José do Rio Preto, SP. Tel: (0172) 32-4966.

Na forma perceptível, o maior risco

Normalmente, a anemia é caracterizada por fraqueza, desânimo, mal-estar e palidez — e pode ser causada por subnutrição, hemorragias, infecções bacterianas ou doenças nos órgãos produtores de sangue, entre outros fatores. Porém, há um outro tipo de anemia, a anemia hereditária, que tem como principal causa as alterações da proteína chamada hemoglobina. Os dois principais tipos de anemia hereditária são a anemia falciforme e a talassemia.

A anemia hereditária pode se manifestar de duas maneiras: uma, imperceptível, que está presente mas quase não apresenta sintomas, e outra, perceptível, que é facilmente detectada através de sintomas como fraqueza, mal-estar e pele amarelada. Atualmente, um em cada trinta brasileiros é portador da forma imperceptível de anemia hereditária e um em cada 5.000 apresenta a forma perceptível.

Embora o portador da anemia hereditária imperceptível deva informar o fato ao seu médico, ele não necessitará de grandes cuidados — e as recomendações, neste caso, geralmente se resumem a algumas restrições quanto a medicamentos ou exercícios físicos, dependendo do tipo de anemia. Se a forma é perceptível, contudo, os cuidados devem ser tomados o quanto antes. Como explica o professor Paulo César Naoum, a anemia pode começar a se manifestar desde os dois meses de idade. "Apesar disso", ele pondera, "estudos mostram que a idade média de diagnóstico é por volta dos dois

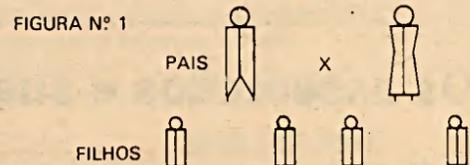
anos." O portador da anemia hereditária perceptível apresenta anemia grave, icterícia, aumento do volume do fígado e do baço e até lesões ósseas e cardíacas. "Quanto mais cedo se detectar a doença, maiores chances a pessoa terá de apresentar uma evolução de seu quadro", considera o professor Naoum. De acordo com ele, um paciente que se submeta ao tratamento correto desde cedo tem chances de uma sobrevivência maior, que ele calcula estar por volta dos 40 anos. "Se não houver tratamento precoce, é quase certo que a doença se tome fatal na adolescência ou mesmo na pré-adolescência", afirma.

Os portadores das anemias hereditárias perceptíveis devem se submeter a transfusões de sangue e cuidados médicos constantes e ingerir medicação diária. A cura definitiva, porém, virá apenas dentro de, no mínimo, 10 anos. "Estão sendo realizados estudos no Exterior sobre uma terapia genética ou transplante de gens, em animais de laboratório, e há a perspectiva de se realizar essas experiências com humanos no prazo de 10 a 15 anos", ele prevê.

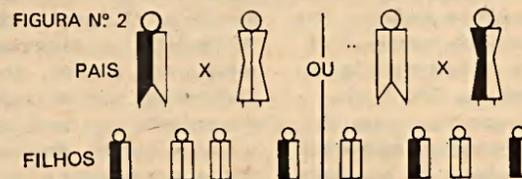
Um outro cuidado que os portadores da anemia hereditária devem ter, diz respeito aos filhos. Quando optar por tê-los, devem submeter o parceiro ao exame, para verificar se ele também é portador da doença. Em caso positivo, podem nascer filhos com anemia grave. Veja, no gráfico ao lado, como se dá a transmissão da anemia hereditária. (DPM)

COMO SE TRANSMITE A ANEMIA HEREDITÁRIA?

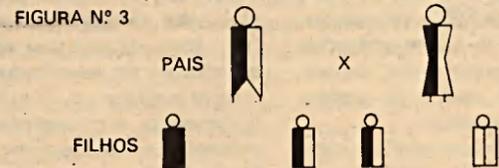
As figuras a seguir representam famílias com os pais e quatro filhos. A figura nº 1 mostra uma situação em que o pai e a mãe não têm anemia hereditária e, conseqüentemente, os filhos também não apresentarão essa anemia.



A figura nº 2 mostra duas situações que podem ocorrer: um dos pais tem a anemia hereditária imperceptível e, nesse caso, os filhos gerados têm a probabilidade de 50% de herdar a forma imperceptível transmitida por um dos pais.



A figura nº 3 mostra uma família em que tanto o pai quanto a mãe são portadores da forma imperceptível de anemia. Nessa situação, a chance de gerar filhos com a forma perceptível de anemia hereditária é de 25%, com a forma imperceptível é de 50% e, sem anemia, é de 25%.



Reforma agrária tem projeto multidisciplinar

Pesquisadores das Ciências Exatas, Humanas e Biológicas trabalham melhor em campos opostos. Esse preconceito, que há anos perdura no ensino superior brasileiro, vem sendo rapidamente demolido por um dos mais importantes e abrangentes projetos de pesquisa já desenvolvidos na UNESP. Intitulado "Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária no Estado de São Paulo", o trabalho abarca pesquisadores de sete campus da Universidade, das mais diversas áreas — geografia, medicina, ecologia, sociologia, economia, administração de empresas, engenharia e direito — e que estiveram reunidos no dia 3 de junho, em Araraquara (veja matéria abaixo).

"O ganho dessa pesquisa está justamente em conseguir um equilíbrio dentro da multidisciplinaridade", afirma a coordenadora geral do projeto, Sônia Bergamasco, docente da Faculdade de Ciências Agrônômicas do campus de Botucatu, atualmente prestando serviços à Unicamp. Com ela concorda a professora Vera Botta Ferrante, da Faculdade de Ciências e Letras do campus de Araraquara, vice-coordenadora do projeto: "O saldo da experiência está sendo bastante positivo, porque é uma prova de que o conhecimento pode avançar sob adversidades e de que existem elos comuns entre as diversas áreas".

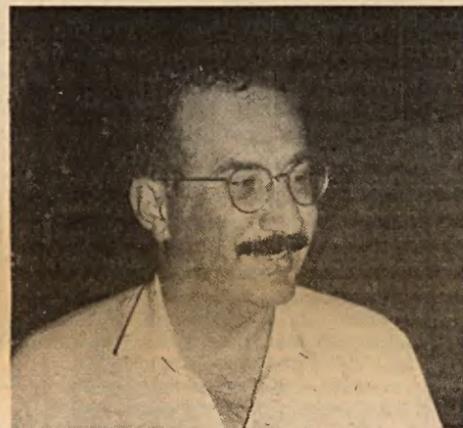
O projeto vem sendo desenvolvido há um ano e meio. Nele, cerca de 50 pesquisadores e 90 auxiliares de pesquisa, bolsistas ou não, aplicam questionários a 4.295 famílias assentadas em 40 núcleos de assentamentos rurais, que cobrem mais de 90 mil hectares em todo o Estado.

A professora Vera Botta considera a UNESP a instituição de ensino ideal para desenvolver esse tipo de pesquisa, justamente por possuir como característica principal a distribuição geográfica de suas unidades por todo o Estado. "O trabalho de locomoção dos pesquisadores fica facilitado", ela pondera. Assim, participam do estudo unidades dos campus de Araraquara, Botucatu, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente e Rio Claro.

Docentes de oito áreas do conhecimento estão trabalhando em um projeto de pesquisa que abrange os 40 núcleos de assentamento rural do Estado



Sônia Bergamasco e Vera Botta, coordenadoras do projeto: saldo positivo



Professor Gebara, de Jaboticabal



Meire Mariz, de Presidente Prudente

A primeira parte da pesquisa, que deve estar concluída no início do próximo ano, corresponde a um amplo censo que "disseca" os assentamentos rurais e abrange desde a história de implantação desses núcleos, as políticas de assenta-

mento e as condições de vida do assentado, até as características mais "técnicas" dos assentamentos, como as condições de saúde e as dificuldades agrônômicas, organizacionais e financeiras.

SUBPROJETOS

O questionário aplicado aos assentados tem 203 perguntas e vai fornecer subsídios para a segunda parte do projeto: a execução de subprojetos de pesquisa. Já são 15 subprojetos em andamento, elaborados por estudantes de pós-graduação e professores.

Esses subprojetos terão diversas abordagens, entre elas, o uso de agrotóxicos pelos assentados, os assentamentos como desdobramentos da luta pela terra no Pontal de Paranapanema e a participação das mulheres na luta pela terra.

A professora Dulce Witaker, da Faculdade de Ciências e Letras do campus de Araraquara, por exemplo, pretende realizar uma pesquisa sobre educação nos assentamentos, um assunto que já faz parte de suas teses de mestrado e doutorado. "A intenção é abordar a educação em um duplo aspecto, formal e não formal", diz a professora. Através das redações e das brincadeiras das crianças assentadas, Witaker vai detectar quantitativamente e qualitativamente o nível de escolaridade, as aspirações e também a sociabilidade dessas crianças, que, segundo afirma, sofreram várias rupturas. "Muitas dessas crianças foram rurais, tornaram-se urbanas e voltaram a ser rurais, e por isso precisam constantemente estar se socializando".

Para a execução dos subprojetos, os pesquisadores poderão contar com os resultados da primeira etapa do projeto, ou seja, o levantamento censitário que ficará disponível em um banco de dados centralizado. Segundo a professora Vera Botta Ferrante, o censo deverá ficar à disposição de sindicatos e outras entidades interessadas, e no futuro terá importante função também na formação de pessoal qualificado para a formulação, análise e execução de políticas agrárias. "O envolvimento de alunos de graduação e pós-graduação contribui diretamente para a formação e aperfeiçoamento de profissionais, capazes de atuar de forma adequada e competente na elaboração e execução de projetos referentes à política de reforma agrária", diz o texto do projeto.

Assunção Cristóvão

Os assentados e suas reações

Cerca de 50 pesquisadores reuniram-se no último dia 3 de junho no campus de Araraquara para fazer um balanço do projeto de análise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamentos no Estado de São Paulo.

O encontro, para discutir questões relevantes e analisar as possíveis causas que estavam "amarrando" o trabalho de campo, segundo a coordenadora Sônia Bergamasco, mostrou que cerca de 50% dos questionários já foram aplicados em campo e que os primeiros dados já podem ser tabulados.

Durante a reunião, cada campus da UNESP apre-

sentou as dificuldades enfrentadas no trabalho de campo, a dinâmica de trabalho de cada equipe e discutiu os perfis dos assentados. O campus de Araraquara, por exemplo, relacionou alguns dos sentimentos com os quais o assentado tem recebido o pesquisador: desconfiança, por encarar a Universidade como uma instituição governamental e, portanto, comprometida; esperança, pela perspectiva de que o pesquisador, além das perguntas que fará, traga algum tipo de assistência ao assentado; e certa indiferença, já que a pesquisa em assentamentos é um fato que vem se repetindo com frequên-

cia nos últimos anos.

Como lidar com estas perspectivas e como enfrentar os problemas encontrados pelos pesquisadores durante o seu trabalho foi o tema básico do encontro. Os integrantes da pesquisa concluíram, por exemplo, que devem se apresentar aos assentados como aqueles que poderiam resolver seus problemas, imediatos ou não.

Outra preocupação do encontro de Araraquara foi reafirmar a consistência teórica do projeto e tentar homogeneizar o trabalho dos pesquisadores, para que, assim, os dados a serem tabulados sejam os mais fiéis possíveis à realidade.

Viável ou não, eis a questão

"Acredito na viabilidade econômica e social dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo." Quase uma profissão de fé, essa frase do professor José Jorge Gebara traduz uma das primeiras conclusões a que os pesquisadores envolvidos no projeto chegaram nessa etapa inicial dos trabalhos. Gebara é professor do departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do campus de Jaboticabal, onde coordena a pesquisa sobre assentamentos rurais.

Gebara cita exemplos para provar que alguns insucessos verificados em assentamentos não se de-

ram por culpa dos assentados. "O Estado fornece um técnico para cobrir três assentamentos dispersos e esse técnico, muitas vezes, não tem sequer gasolina para percorrer os locais", analisa.

O pesquisador José Antônio Moreno, da Faculdade de Ciências e Tecnologia do campus de Presidente Prudente, vai mais além. Ele acha que existe interesse em que certos assentamentos fracassem, para que a reforma agrária não se justifique. Nesse sentido, Moreno quer, até o final da pesquisa, ter respondido a duas perguntas básicas: a quem interessa que os assentamentos tenham su-

cesso? E a quem interessa que os assentamentos fracassem?

O professor Silvio Brey, do Departamento de Planejamento Regional do Instituto de Geociências e Ciências Exatas do campus de Rio Claro, acredita que houve uma "guinada" nos rumos dos assentamentos rurais nos últimos anos, com uma crescente diminuição de investimentos aos assentamentos por parte do governo. "Os assentamentos são viáveis, mas a falta de técnicos, agrônomos, dificuldades de financiamentos e outros motivos podem afetar negativamente o desenvolvimento desses núcleos", analisa.



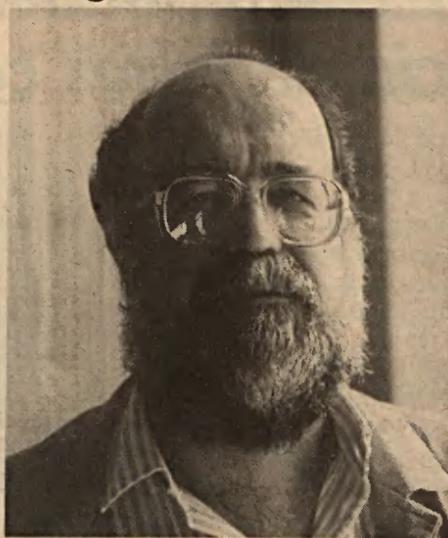
Deputados e educadores já discutem a LDB

A Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo da Câmara dos Deputados está elaborando a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Complementar à Constituição, ela vai detalhar os princípios estabelecidos pelo texto Constitucional, criando mecanismos de sua colocação em prática, pelo Plano Nacional de Educação.

A LDB apresenta pontos polêmicos, herança da Constituição: ela terá de definir critérios para que as escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias recebam verbas públicas; a participação da União, Estados e Municípios na educação em todos os níveis, estratégias para acabar com o analfabetismo, além de mudanças nos cursos noturnos e de 2º grau.

A atual Lei de Diretrizes e Bases, conhecida também como Lei nº 5.692 de 1971, foi aprovada pelo Congresso Nacional em apenas 44 horas, sem nenhuma discussão com entidades públicas. Técnicos do Ministério da Educação e técnicos norte-americanos elaboraram a LDB em vigor, no período entre 1964 e 1971, como parte do acordo MEC-Usaid. O texto foi enviado ao Congresso e aprovado sem alterações. Dessa vez, a Comissão de Educação está debatendo propostas com entidades ligadas ao ensino e ouvindo suas sugestões.

Nesta página, professores paulistas falam de suas expectativas diante da LDB. Nas páginas 8 e 9, os deputados federais Octávio Eliseo, Jorge Hage e Florestan Fernandes, principais articuladores da nova lei, falam de suas propostas e dos riscos que terão de enfrentar na defesa do ensino público.



João Cardoso Palma Filho



Elba de Sá Barreto

FOTOS LILLO CLARETO

Educadores paulistas não têm dúvidas: a nova Lei de Diretrizes e Bases precisa ser ampla o suficiente para permitir sua adequação às realidades de cada Estado. "Não pode ser uma camisa de força. São Paulo sempre será diferente do Piauí", afirma o professor João Cardoso Palma Filho, professor do Instituto de Artes — UNESP e membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. "Ao mesmo tempo que será flexível, deve garantir uma unidade básica", completa a professora Elba de Sá Barreto, da Fundação Carlos Chagas e também do CEE.

Há outras questões de consenso. "É ponto pacífico que as leis não têm poder para mudar a realidade. Podem oferecer instrumentos formais capazes de facilitar ou dificultar a consecução de determinados objetivos", diz a professora Leonor Maria Tanuri, do Departamento de Administração e Supervisão da Faculdade de Filosofia e Ciências, em Marília. O professor Palma concorda: "Estou cético. A discussão de coisas novas que implicam mexer em interesses estabelecidos tem uma brutal resistência. A melhoria da educação passa pela reforma do Estado que deve concentrar sua ação nos setores essenciais como saúde, educação, habitação, energia e segurança."

Palma dá alguns exemplos de artigos que não vingaram: a lei 5692/71 (atual LDB) previa o serviço de orientação vocacional em todas as escolas da rede. E até há pouco tempo, o Estado de São Paulo tinha 118 orientadores. "Um pingão de gente. Praticamente, não há orientação", lamenta Palma. A lei previa também alterações no calendário das escolas rurais, para evitar que os alunos abandonassem as aulas durante o plantio e colheita da safra. "Até hoje, as escolas rurais funcionam iguais às outras, com altas taxas de evasão nesse período. Os professores fizeram grande oposição às mudanças", lembra Palma.

Para Leonor Tanuri, a LDB deve ter mecanismos eficazes para desencadear um processo de expansão de oportunidades educacionais e melhoria da qualidade do ensino. "Este projeto deve contemplar as camadas majoritárias da população, pois segmentos economicamente privilegiados têm conseguido garantir para si, apesar das leis e da atuação do poder público, uma educação de qualidade", afirma.

Dados do Censo Demográfico de 80 mostraram que cerca de 1/3 da população brasileira em idade escolar estava excluída da escola. A situação continua grave ao se considerar que as matrículas no 1º grau praticamente não cresceram, apesar do aumento populacional. Dados mais recentes indicam que há 25 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental (ou 1º grau). Porém, existe uma clientela potencial de cerca de 58,8 milhões de novos alunos, se forem incluídos os adultos analfabetos e os jovens excluídos da escola com menos de oito anos de escolarização.

"A expansão deverá ser amparada por medidas qualitativas, comprometendo as esferas federal, estadual e municipal, articulando a contribuição das diversas instâncias, em especial das universidades, e assegurando a alocação de parcela significativa dos recursos disponíveis", observa a professora Leonor. Para ela, se tais dispositivos não forem incluídos na LDB, a priorização do ensino fundamental não irá além do texto constitucional. "Há fortes grupos, como o lobby do ensino superior, com maior poder de pres-

são no momento de competir pela aplicação das verbas", diz.

CURRÍCULO

"O grande desafio é preparar estratégias para a universalização", concorda Elba Barreto. Nos últimos dez anos, a

prioridade foi a expansão da rede física, sem muita preocupação com a qualidade. "Precisamos construir menos e investir na melhoria do ensino. Para isso é fundamental a revisão dos currículos", opina a professora Elba. Sua proposta é que se "enxugue" o número de matérias, a partir da 5ª série. Seriam obrigatórias, para o País inteiro, as seguintes disciplinas: Português, Matemática, História, Geografia e Ciências. As demais matérias, como Inglês ou Educação Artística poderiam ser oferecidas mas não reprovariam os alunos. "Assim, cuidaríamos das disciplinas básicas. O sistema de avaliação precisa mudar. A escola prepara mal, paga mal e é campeã em repetência. A escola brasileira é uma das mais seletivas do mundo", critica Elba.

Para os três professores, uma das prioridades é a mudança no curso noturno. "O projeto de LDB deve deixar clara a exigência de mesmo padrão de qualidade e conteúdo, evitando que se consagre, com respaldo legal, um ensino empobrecido e aligeirado em conteúdo para os alunos trabalhadores", afirma a professora Leonor. O professor Palma tem algumas propostas: aumentar o número de dias letivos ou a duração do curso, diminuindo, assim, a carga horária diária, pois após oito horas de trabalho, o estudante não consegue se dedicar como um aluno que vai para a escola no período matutino.

Além disso, ele sugere a matrícula por disciplina, como na universidade. "O aluno faria seu curso em quatro, cinco ou seis anos, dependendo do número de matrículas por semestre. Montando seu horário, ele dividiria com a escola a responsabilidade da sua preparação", justifica Palma. O professor propõe ainda que o aluno trabalhador tenha uma jornada de trabalho de seis horas, sem redução do salário. "O governo poderia criar uma espécie de Lei Sarney que incentivasse as empresas a diminuir a jornada dos estudantes. Isto não cabe à LDB, mas a uma lei especial. Seria um investimento para todos", sugere.

SEGUNDO GRAU

A LDB deverá também propor mudanças no 2º grau e há duas opções em debate: um ensino profissionalizante — como se tentou com a lei 5.692 e não ocorreu — ou um ensino politécnico, para que o estudante possa continuar os estudos. Para o professor Palma, o 2º grau tem essa dupla função: preparar para o mundo do trabalho e fornecer elementos para que o estudante possa cursar uma universidade. "No entanto, hoje não profissionaliza nem prepara para nada. Um jovem presta vestibular, não passa e vai frustrado procurar um emprego. Seu curso não vai ajudar muito", diz o professor. Na sua opinião, um bom contador ou uma boa secretária dependem também de uma boa formação geral.

A professora Leonor tem algumas dúvidas: "A profissionalização ocorrerá desde o início ou haverá uma base comum politécnica?", pergunta. Para ela, uma proposta "consistente" é a apresentada pelos Conselhos Estaduais de Educação das regiões sul, sudeste e centro-oeste. Os alunos teriam um ciclo básico de três anos, a partir do qual fariam ou habilitação para uma ocupação profissional ou especialização em nível superior, podendo ainda ter um quarto ano de ensino médio que preparasse para o curso superior.

Projeto deve ficar pronto no ano que vem

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que está elaborando a nova Lei de Diretrizes e Bases, é formada por 55 parlamentares: 23 do PMDB, 11 do PFL, 5 do PSDB, 3 do PT, PDS, PDT e PTB, e 1 do PL, PDC, PCdoB e PCB. Desde 19 de abril, vêm sendo realizadas audiências públicas, com entidades ligadas ao ensino, que apresentam suas propostas.

Foram ouvidos, entre outros, representantes da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior, Associação Nacional de Educação, Conselho Federal de Educação, Associação de Escolas Católicas, Conselho de Reitores, União Nacional dos Estudantes, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino e o ministro da Educação, Carlos Sant'Anna.

A intenção inicial da presidência da Comissão era apresentar um projeto até o final deste semestre, mas já se discute a prorrogação do prazo, pois as audiências transcorreram até o dia 14 de junho e, para alguns deputados, não haverá tempo suficiente para debater todas as propostas apresentadas. Se for adiado, o projeto da Comissão não deverá ser elaborado em 89, pois o segundo semestre será um período de difícil funcionamento do Congresso, com a campanha presidencial nas ruas.

Se for concluído, o projeto terá seu período de tramitação formal no primeiro semestre de 90, quando receberá emendas. Além do projeto do deputado Octávio Eliseo, o primeiro a ser entregue, foram enviados ainda projetos do Conselho Federal de Educação, da Associação Nacional de Docentes e de alguns deputados. O Ministério da Educação e outras entidades também preparam seus projetos. A Comissão de Educação da Câmara irá, a partir do seu projeto, analisar as outras sugestões.



Parlamentar chama a atenção para a existência de falsos conflitos

Para o deputado federal Jorge Hage (PSDB-BA), relator da Comissão de Educação da Câmara, é fundamental e urgente a mobilização da comunidade educacional brasileira na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases, evitando, assim, que seja um processo fechado dentro do Legislativo. "Sem esta participação, não devemos ter grandes esperanças de avanços nesta lei e podemos até correr o risco de alguns retrocessos em relação ao que conquistamos no processo Constituinte", afirma.

As preocupações do deputado têm um único motivo: a composição política da Comissão de Educação. Segundo ele, a correlação de forças é "bem mais desfavorável" aos que defendem a escola pública e a democratização do processo educacional do que a composição que debateu as mesmas questões na Constituinte. Pela Constituição, as comissões têm poder "terminativo" em matérias de projetos de lei, ou seja, o projeto será aprovado na Comissão e ponto final. "A aprovação da LDB não depende do plenário da Câmara e a composição da Comissão é um pouco pior que a do plenário. Não corro o risco de estar exagerando", disse Hage.

Por isso, como relator, ele recusou a sugestão inicial de integrantes da Comissão para que comessem a se reunir e elaborar um projeto. "Insistimos que a discussão fosse precedida por audiências públicas nas quais ouvíssemos entidades ligadas à educação, com a intenção óbvia de levar para lá a pressão dos pontos de vista da sociedade civil organizada, antes de permitir que a comissão, com sua correlação de forças interna, produzisse um projeto que, seguramente, não seria em nada parecido com aquilo que desejamos", disse Hage.

Os debates estão ocorrendo, mas para o deputado não são suficientes. Na sua opinião precisam ser acompanhados de uma mobilização nas bases, em cada Estado e Município. "É aí que cada deputado sente a pedra no sapato", comenta. Assim, a comunidade poderá influenciar o parlamentar na hora da votação do projeto de lei da LDB. "Já vimos este filme e ele funcionou bastante durante o processo Constituinte; cada parlamentar sentindo ou não a pressão da comunidade que será chamada daqui a um ano para renovar os mandatos dos ilustres deputados. Esta pressão pode dar uma ajuda muito grande à educação brasileira", justifica.

FALSOS CONFLITOS

Além disso, Hage diz que a discussão da LDB está rodeada de "falsos conflitos", que poderão prejudicar sua elaboração. Entre eles, destaca as divergências entre os defensores da escola pública e do ensino superior, e a defesa da excelência da Universidade — valorizando a pós-graduação e a pesquisa —, contra a massificação do ensino universitário — privilegiando a graduação. "O problema real, básico, maior e essencial é o conflito entre o público e o privado, o interesse da educação como um elemento transformador da sociedade versus a educação privada", afirma.

Segundo ele, se estes falsos conflitos não forem reconhecidos, o ensino público poderá perder aliados, divididos por diferentes pontos de vista. "Nós temos de defender a educação pública como um todo", repete. Mas as divisões estão ocorrendo. Para Hage, há parlamentares que dizem que as universidades estão recebendo muito dinheiro e é preciso acabar com isso. Como solução, defendem 50% das verbas para o ensino fundamental, proveniente da União, Estados



Deputado Jorge Hage: participação e atenção no fundamental

e Municípios. "Mas na hora de tirarmos 50% da União para o ensino fundamental, fecham-se as universidades federais. Há companheiros defensores da escola pública que não querem fechar as universidades públicas federais, mas defendem os 50%. Essa divisão de opiniões precisa estar explicitada para não nos confundirmos", diz o deputado.

Outro falso problema é a separação entre os que defendem a excelência ou a massificação da universidade. "Aprofundando a questão, percebemos que não há dicotomia. Não temos de optar, mas saber criar no sistema o espaço para as duas coisas", sugere Hage. O deputado aponta ainda a disputa pelos recursos entre educação e outras áreas sociais. "Não queremos tirar dinheiro de nenhum setor", afirma. No entanto, ele lembra que na elaboração da Constituição, os parlamentares se sentiam, às vezes, confusos, principalmente na discussão de propostas sobre recursos para a educação. "A pergunta era: estaremos retirando recursos do sistema unificado de saúde ou do sistema de seguridade? Havia muito desgaste em cima de falsos conflitos, novamente", disse.

Jorge Hage é categórico: os parlamentares que defendem o ensino público não podem se dividir. "Nós temos um objetivo comum e inimigos comuns muito mais fortes. Só podemos vencê-los com muita clareza das nossas divergências internas, muita unidade, hierarquização de objetivos e muita mobilização."

POLÊMICAS

Para ele, a elaboração da LDB apresenta pontos polêmicos, diferentes dos falsos conflitos. Entre eles, aponta a avaliação na universidade, em nível de docentes e das instituições. "Deve ser feita internamente ou com alguma participação externa?", pergunta. Se a opção for a segunda, os deputados terão de definir quem irá avaliar: instituições governamentais ou a comunidade científica e acadêmica de outras universidades.

Além disso, lembra a questão dos Conselhos Estaduais e Federal de Educação, também não resolvida. "Eles vão continuar existindo? Com que funções? A partir de que composição?", questiona. Hage acredita que ainda é importante discutir a função do 2º grau, pouco analisada, principalmente, a relação entre educação e trabalho, educação geral e profissionalizante, e a articulação entre 2º e 3º graus. "Precisamos discutir alternativas para o vestibular. A sociedade espera alguma coisa neste sentido", opina.

OSWALDO JOSÉ DOS SANTOS

'Compromisso com a escola pública e de boa qualidade'

O deputado federal Octávio Elíseo, PSDB-MG, é o autor do primeiro projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesta entrevista, ele defende o ensino público e discute pontos polêmicos como a municipalização e a possibilidade de escolas particulares receberem recursos públicos. Por ser o primeiro projeto apresentado, tem preferência legislativa e qualquer outra proposta será encaminhada como emenda a ele. Já está em preparação a quarta versão do texto original.

Formado em Engenharia de Minas e Metalurgia, Octávio Elíseo lecionou nas universidades federais de Ouro Preto e Minas Gerais e foi secretário estadual da educação no governo Tancredo Neves. Durante a Constituinte, atuou nas áreas de educação, meio ambiente e mineração e recebeu nota dez por ser um dos parlamentares que mais compareceu às sessões.

Quais devem ser os principais objetivos da nova Lei de Diretrizes e Bases?

A LDB deve ter um compromisso com a escola pública, gratuita, democrática e de boa qualidade. Seu ponto de referência será a Constituição que promulgamos no ano passado e que possui avanços e limitações em termos de educação. Eu e os deputados Florestan Fernandes e Jorge Hage lutamos na Constituição pela escola pública e, juntos, continuamos trabalhando neste sentido, agora. Mas não estamos tranquilos dos resultados que teremos no Congresso. Por isso, é fundamental que entidades ligadas ao magistério e à educação discutam a LDB. E que esta discussão se transforme em pressões políticas objetivas para que possamos viabilizar efetivamente propostas que conduzam à discussão no Congresso Nacional e, eventualmente, à votação com a presença dos educadores comprometidos com a escola pública dentro do Congresso Nacional.

Há muitos interesses em jogo?

Nós fomos para a Constituinte comprometidos com a defesa da escola pública e com a exclusividade dos recursos públicos para a escola pública. Este foi um dos pontos em que perdemos na Constituinte e o fato de termos perdido trouxe para a LDB alguns complicadores. O compromisso com a escola pública diz respeito, inclusive, ao uso dos recursos públicos.

Mas a Constituinte abre uma brecha para as escolas confessionais, filantrópicas e comunitárias...

Sim. Na negociação da exclusividade das verbas públicas, foi aberta a possibilidade destas escolas receberem recursos públicos. Agora, precisamos definir o que entendemos por instituições confessionais, filantrópicas e comunitárias. A Constituição nos obriga a isto. Porém, é preciso deixar claro que a Constituinte abriu a possibilidade e não deu nenhuma garantia de recebimento. Portanto, nós podemos fazer uma LDB que estabeleça que os recursos para as chamadas escolas comunitárias seja eventual, exista apenas quando não houver condições de atendimento por escola pública.

Em relação às verbas destinadas ao ensino, a Constituição determinou percentagens da arrecadação de impostos que a União, os Estados e os Municípios deverão repassar para a educação (no mínimo, 18% para a União e 25% para Estados e Municípios). Como garantir esta transferência?

Conquistamos a vinculação de recursos para a educação em 83, mas isto não se mostrou suficiente. É importante que explicitemos uma transferência destes recursos deve ser feita de tal modo que as verbas não percam seu valor real no período entre a arrecadação dos impostos e a distribuição dos recursos. Em ou-

tras palavras: 25% sobre tributos arrecadados em janeiro e transferidos no mesmo mês valem muito mais do que se forem transferidos em dezembro, sem correção.

Outro ponto importante da lei é o problema do salário-educação. O projeto que apresentei procura trazer à discussão esta questão, reforçando seu caráter público e a utilização do recurso do salário-educação para o atendimento do ensino fundamental público.

Durante a elaboração da Constituição, foi muito debatida a municipalização do ensino de 1º grau. O senhor é contra, mas há muitos parlamentares favoráveis.

Este é outro ponto onde a Constituição deixou algumas dúvidas e que teremos de especificar com maior clareza na LDB. Quando trabalhávamos na subcomissão de educação da Constituinte (eu, o Florestan e o Jorge), havia uma pressão muito grande a favor da municipalização. Nós resistimos, derrubamos uma proposta clara de municipalização que era subscrita, inclusive, pelo relator da comissão, senador João Calmon. Não aceitamos, resistimos e a Constituição não explicitou a municipalização. No final, estabeleceu dois pontos importantes: o primeiro diz que o município vai atuar prioritariamente no ensino pré-escolar e fundamental. Prioritariamente não é exclusivamente. Entretanto, esse dispositivo da Constituição tem conduzido a determinadas ações políticas de governo, no sentido de obrigar a municipalização. Eu acho que esta questão terá de ser examinada quando discutirmos os sistemas de ensino e a divisão de responsabilidades da União, Estados e Municípios pelos diversos graus de ensino.

Estamos falando de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Pressupõe, portanto, a definição de um sistema nacional de ensino. Mas a Constituição estabeleceu que Estados e Municípios poderão estabelecer seus sistemas próprios. Se não tivermos condições de amarrar na lei a possibilidade de sistemas municipais, mas articulados aos sistemas estaduais — pelo menos no que se refere ao ensino fundamental — corremos o risco de caminharmos aceleradamente para a municipalização e, com isso, comprometermos seriamente o ensino fundamental público. Este é um dos pontos em que temos de caminhar para algumas alternativas que, não desrespeitando a Constituição definam critérios para o estabelecimento dos sistemas municipais de ensino.

Qual deve ser, então, a participação da União, Estados e Municípios em cada nível de ensino?

Na minha opinião, a LDB não deve estabelecer uma divisão rígida de responsabilidades. Por outro lado, nós precisamos estabelecer, pelo menos, quem é o responsável, ainda que esta responsabilidade tenha a solidariedade, por exemplo, dos Estados com os Municípios,



OSWALDO JOSÉ DOS SANTOS

particular e que acharam que gestão democrática é apenas eleição de diretor ou reitor e não entenderam que a questão é muito mais profunda. No meu projeto, procuro levar a questão da gestão democrática além da eleição de dirigentes, propondo a participação do magistério, pais, funcionários e representantes da sociedade nos órgãos colegiados. Proponho também a transparência no recebimento e utilização dos recursos.

E a educação de zero a seis anos? Até agora foi pouco discutida.

O projeto de lei procura definir um mínimo de parâmetros pedagógicos do currículo que evitem que a educação pré-escolar ocorra à margem da educação, como tem andado, além de um adequado ambiente físico etc.

A questão do segundo grau também guarda uma grande polêmica. O projeto é contraditório. Existe de um lado a questão da formação politécnica e uma questão em termos de demanda, de pressão a todo momento em que a gente discute o segundo grau, que é a possibilidade de o segundo grau terminal, profissionalizante e, dentro dele, a questão da escola normal.

E o terceiro grau? A grande conquista na Constituição foi a autonomia.

Pelo texto constitucional, a autonomia é plena e não precisa, portanto, ser regulamentada por lei. Mas nas discussões que temos tido, tem aparecido a importância de que a LDB defina o que nós entendemos por uma autonomia pedagógica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial.

Já os professores querem a definição da carreira

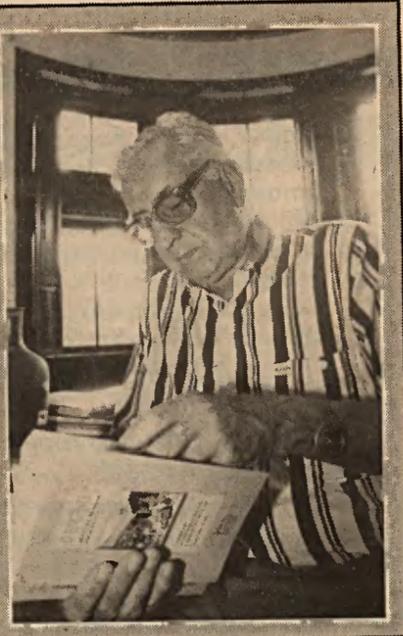
O projeto procura estabelecer a valorização da escola como espaço da educação e o professor como agente preferencial deste processo. Sobre a carreira, reivindicamos que seja única e lutamos por ela na Constituinte. A Constituição define que a União, os Estados e os Municípios, cada um na sua área de competência estabeleça a carreira, portanto, nós temos na LDB condições de estabelecer critérios e princípios que vão balizar os planos de carreira que serão estabelecidos nos níveis da União, Estados e Municípios. Para mim, a LDB tem de estabelecer estes princípios.

O senhor está otimista dos resultados que a LDB poderá levar à educação brasileira?

Ao debater a LDB estaremos discutindo o tipo de homem que se pretende formar e o desenvolvimento econômico e social do País nos próximos dez ou vinte anos. Agora, não vamos nos iludir, pois sabemos que no âmbito do debate educacional nós não vamos poder resolver o tipo de sociedade, o tipo de homem e os tipos de desenvolvimento e da comunidade que somos e gostaríamos de ser. Este é um debate nacional. Se na LDB nós vamos conceber um tipo de educação que seja um elemento de transformação da própria sociedade nós vamos ter de fazer o permanente milagre de formar o homem para o desempenho. Não há nenhuma novidade no que estou dizendo: a formação do tipo de homem para viver nesta sociedade e para produzir nesta sociedade, mas que também é um elemento de transformação deste modelo de sociedade.

Historiografia de ponta. Em Cuba

Um estímulo para a reflexão sobre os rumos da ciência, sobre o papel do intelectual e sobre as relações entre a Universidade e a cultura cubana. Este o saldo da visita do professor e historiador cubano Manuel Moreno Fraginals (foto), de quem a Editora UNESP acaba de lançar o livro *O Engenho. Complexo Econômico-Social do Açúcar*.



Um marxista de corte clássico: esta a imagem que ficou do professor e historiador cubano Manuel Moreno Fraginals, após as mais de seis horas da visita por ele feita à UNESP e, particularmente, à Fundação para o Desenvolvimento da UNESP, onde manteve longa conversação com um grupo de professores universitários. O fato se deu no último dia 16 de maio.

Fraginals viera ao Brasil na condição de coordenador de um vasto projeto dedicado a elaborar uma *História das Américas*, sob o patrocínio da Unesco. Seu objetivo era reunir a seção brasileira do Comitê de coordenação e realizar contatos com intelectuais, sempre com a preocupação de estreitar relações e divulgar o projeto da Unesco.

Mas à UNESP e à FUNDUNESP o professor Fraginals chegou também motivado por algo mais: afinal, a Editora UNESP foi, em conjunto com a Editora HUCITEC, a responsável pela edição brasileira de *O Engenho. Complexo Econômico-*

Social cubano do açúcar, sua obra mais importante, que chegou a lhe consumir cerca de 15 anos de trabalho. Talvez justamente por isso, mais do que uma mera visita de cortesia, Fraginals fez questão de participar animadamente de um debate com professores de nossa Universidade. (Foram poucos: a visita foi tão inesperada que mal houve tempo de disparar telefonemas para os *campi* da UNESP).

O debate não poderia ter sido mais sugestivo. Acima de tudo porque ajudou a enterrar qualquer idéia remanescente de que em Cuba existem apenas "guerrilheiros" e marxistas "pré-históricos", bizantinamente dogmáticos; lá também se faz ciência (e, a julgar pela obra de Fraginals, de muito boa qualidade) e se cultuam os valores universais derivados da tradição clássica, humanista, "ocidental". Mas também porque revelou, com grande riqueza de detalhes, quão difícil tem sido em Cuba a afirmação de um marxismo arejado, ágil e moderno, capaz

de reproduzir suas melhores tradições e de se renovar permanentemente. Lá — como, regra geral, em todos os países que fizeram uma revolução (mas não só neles) — tem sido árdua e recorrente a batalha cultural contra o marxismo de manual, contra a manipulação do pensamento de Marx via citações desgastadas e repetitivas, contra a instrumentalização político-partidária do saber, da ciência, da educação. No entanto, apesar de todas as dificuldades, os resultados já se fazem sentir, e não de hoje. Com isso, acabou por se configurar um maior espaço para o próprio desenvolvimento da produção científica, de modo geral e particularmente no campo das ciências humanas.

Fraginals bateu insistentemente nesta tecla, como que para destacar a importância de uma pesquisa histórica e sociológica que não perca de vista seus compromissos sociais mas não se deixe a eles atrelar. A partir de suas observações, ficou flagrante que em Cuba, hoje, se faz uma historiografia de ponta, preocupada mais com métodos que com doutrinas, de que é bom exemplo *O Engenho*, e fortemente interessada em se abrir para o mundo e crescer, em conhecer a história contemporânea (América Latina e Caribe, em particular) e suas complexas relações, em manter estreito contato com outros centros e pesquisadores.

A inesperada e agradabilíssima visita do professor Fraginals terminou assim por funcionar como um estímulo a mais para a reflexão sobre os rumos da ciência no mundo de hoje, sobre o papel do intelectual e sobre as relações entre as nossas universidades (Unesp em especial) e o universo cultural cubano — relações estas que, sob os mais variados aspectos políticos, científicos e culturais e também para ajudar a eliminar de vez o injustificável isolamento a que esteve submetida Cuba, merecem ser plenamente desenvolvidas e estimuladas.

Marco Aurélio Nogueira

Editora UNESP: três novos títulos

Em julho e agosto próximos, a Editora UNESP estará lançando três novos títulos, que virão contribuir de forma decisiva para o enriquecimento da reflexão e discussão realizadas nos meios acadêmico e científico.

O primeiro deles deverá ser "Pensando a Educação (Ensaio sobre a Formação do Professor e Política Educacional)". Organizado pelos professores Maristela Velloso Campos Bernardo, Maria Cristina Bergonzoni Stefanini, José Vaidergorn e Leda Aparecida Pedrosa, este livro é o resultado de dois simpósios realizados na Faculdade de Ciências e Letras do campus de Araraquara, em 1988, e faz parte da coleção "Seminários e Debates". Na primeira parte, os ensaios buscam vincular teoria e prática educacionais, analisando a formação do professor de 1º e 2º graus e passando pela questão da elaboração do saber na Universidade. Os textos que dão conteúdo à segunda parte discutem as implicações de natureza institucional da Educação no Brasil depois da promulgação da nova Carta Constitucional e fornecem subsídios para a discussão da futura lei de Diretrizes e Bases da Educação que, brevemente, terá seu processo de elaboração iniciado.

REVOLUÇÃO UNIVERSAL

Como parte das comemorações do bi-centenário da Revolução Francesa, a Editora UNESP lançará, pela primeira vez em tradução para o português, a obra de Saint-Just, "O Espírito da Revolução e da Constituição na França". Ao lado de Robespierre, Louis Antoine de Saint-Just (1767-1794) se inscreve como um dos principais líderes do jacobinismo e sua atuação contra os exércitos do Norte e do Reno foi de importância fundamental para a salvação da Revolução. Muito ligado à Robespierre, esforçou-se para salvá-lo com um discurso conciliador que se tornou famoso, mas ambos foram condenados e guilhotinados em julho de 1794.

Ao publicar o "Espírito da Revolução", em 1791, Saint-Just tinha como propósito mostrar a inspiração de uma revolução universal através dos acontecimentos vividos depois da revolução aristocrática. Este discípulo de Montesquieu e Rousseau (por quem confessa irrestrita "veneração"), buscou definir, através da obra dos primeiros revolucionários, a democracia. A experiência revolucionária recente, suas considerações sobre os costumes e os ensinamentos de seus mestres são as bases de sua reflexão. Saint-Just

é o legislador que, canalizando o curso da Revolução, tenta organizar a sociedade nova, meditando sobre a viabilidade da democracia política. Assim, "O Espírito da Revolução" não é apenas a obra de um homem de ação, mas também a de um pensador e a de um teórico.

FLORA MEDICINAL

Finalmente, com a publicação de "Plantas Medicinais da Amazônia" a Editora UNESP inaugurará uma nova coleção: *Natura Naturata*, que abrigará estudos, ensaios e pesquisas de especialistas, nacionais ou estrangeiros, que enfoquem a natureza na sua multiplicidade constitutiva.

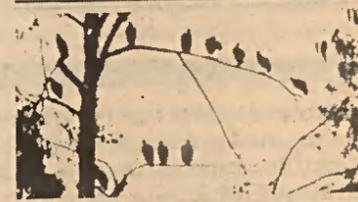
Sob a orientação do professor Luiz Cláudio di Stasi, um grupo de pesquisadores do Instituto de Biociências do campus de Botucatu realizou um estudo etnofarmacológico regional, em Humaitá, visando resgatar e preservar o conhecimento que grupos étnicos definidos elaboraram a respeito do uso de plantas com fins terapêuticos. Com um rico inventário, o livro fornece informações sobre a flora medicinal amazônica numa linguagem acessível, não só aos variados profissionais que trabalham na área como também à população leiga.

LANÇAMENTOS DE DOCENTES

Os direitos da ecologia

Paulo Affonso Leme Machado

Direito Ambiental Brasileiro



Brasileira de Direito do Meio Ambiente e vice-presidente do "Centre International de Droit Comparé de L'Environnement", Machado acaba por transformar este livro em obra indispensável não só aos especialistas da área, mas também a todas as pessoas preocupadas com o destino do planeta e, por extensão, com o destino da Humanidade.

Com uma extensa e irrepreensível folha de serviços prestados à questão ecológica, Paulo Affonso Leme Machado é, sem dúvida, um dos maiores conhecedores de Direito Ambiental do país. Mestre em Direito Ambiental pela Universidade de Estrasburgo, na França, e professor de Política e Legislação Ecológica no curso de Ecologia de Rio Claro, ele aborda, em "Direito Ambiental Brasileiro" (Editora Revista dos Tribunais, 2ª edição, revista e ampliada, 478 páginas, NCz\$ 24,00), algumas das questões mais urgentes e polêmicas da área.

A luz da legislação vigente — anexada em apêndice —, Paulo Machado investiga o estudo de impacto, o zoneamento ambiental, o poder de polícia ambiental, a responsabilidade civil e a reparação do dano ecológico, os meios processuais para a defesa do ambiente, as praças e demais áreas verdes urbanas, aspectos jurídicos da poluição das águas, os resíduos sólidos, os pesticidas, as florestas e a fauna, o gerenciamento costeiro e a defesa do litoral, a prevenção dos danos nucleares e o parcelamento do solo urbano.

Presidente e fundador da Sociedade

A aprendizagem, segundo Ausubel

Destinado principalmente a educadores e alunos universitários interessados em questões de aprendizagem e ensino superior, *Aprendizagem e Planejamento de Ensino* (Editora Ática, 86 páginas, NCz\$ 6,20), de Wilson de Faria, apresenta, em linguagem acessível, os principais conceitos e princípios da teoria de aprendizagem de David P. Ausubel, culminando com uma proposta de planejamento instrucional baseada na teoria analisada.

Como explica o autor, professor de Didática da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, os estudos de Ausubel relativos à aprendizagem e aquisição de significação são "altamente relevantes". De acordo com ele, as investigações de Ausubel "privilegiam uma abordagem psicopedagógica cognitivista", justificando tanto as variáveis cognitivas e afetivas do aprendiz, quanto as variáveis da tarefa de ensino, mostrando o processo de interação que pode resultar em aprendizagem significativa.

A obra, que se destina principalmente a educadores e alunos universitários em geral, propõe-se a facilitar a aprendizagem significativa e planejamento instrucional para as escolas de 1º e 2º graus e ensino superior, dado o amplo espectro abrangido pela teoria ausubeliana.



Aos leitores que não possuem a necessária familiaridade com a obra de Ausubel, o autor oferece duas sugestões de abordagem a este livro: aos interessados na sua contribuição de forma geral, Faria recomenda a leitura normal dos primeiros quatro capítulos; ao leitor interessado especificamente em planejamento instrucional, sugere, após a leitura do capítulo 1, o estudo do capítulo 5.

Direito, numa obra bem atual

Extremamente atual, "Direito Comercial — Autonomia ou Unificação" (Editora Jolovi, 106 páginas, NCz\$ 9,00), de Paulo Roberto Colombo Arnoldi, discute a questão da conveniência ou não da unificação do Direito Civil e Direito Comercial, conforme projeto de lei do Novo Código Civil, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

Professor do Departamento de Direito da Faculdade de História, Direito e Serviço Social do campus de Franca, Paulo Arnoldi analisa aqui as correntes doutrinárias favoráveis à autonomia ou unificação, mostrando, de maneira clara, que elas não estabelecem um consenso e concluindo pela manutenção da autonomia e pela separação das obrigações civis e comerciais.

PAULO ROBERTO COLOMBO ARNOLDI

DIREITO COMERCIAL

segunda edição

Concluído o Seminário de Graduação

No último dia 30 de maio foi realizada, na Reitoria, a terceira e última etapa do "Seminário de Graduação", promovido pela Câmara Central de Graduação (CCG). O Seminário é o resultado do documento "Diretrizes para uma política de graduação", cuja elaboração foi coordenada pela CCG desde outubro de 1985.

A primeira etapa do Seminário, ocorrida em agosto e setembro de 1988, nas unidades, teve o objetivo de incitar as Câmaras de Graduação à discussão de currículos e à avaliação do ensino. A segunda etapa, realizada em abril último, reuniu representantes de Câmaras de Graduação de cursos idênticos para um diálogo sobre problemas comuns.

A reunião da terceira etapa, presidida pelo pró-reitor de Graduação, professor Antônio César Perri de Carvalho, contou com a participação de membros da CCG e de representantes das Câmaras de Graduação locais. A pauta incluiu a discussão de problemas relacionados com os currículos dos cursos e a integração dos cursos encampados com os idênticos, entre outros temas.

Segundo o professor Perri, foram coletadas sugestões dos participantes sobre disciplinas optativas, estímulo a criação de Núcleos de Ensino, apoio aos convênios da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), incentivo a projetos de pesquisa na graduação e divulgação de material elaborado pela UNESP para o ensino de primeiro e segundo graus. "Foi uma experiência válida que suscitou interesse na comunidade para a realização de outros seminários, visando à troca de experiências sobre vários assuntos da graduação", diz.

Como desdobramento do Seminário, a Pró-Reitoria de Graduação promoverá reuniões para discutir os cursos noturnos no sentido de incentivá-los, o ensino de Educação Física como disciplina obrigatória, recursos para a melhoria do ensino e ainda propostas sobre vestibular e licenciatura.

BOLSAS DE GRADUAÇÃO

Com a promoção da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e da UNESP, será realizado, nos dias 22 e 23 de junho, na Reitoria, o "1º Simpósio sobre Programas de Apoio e Bolsas de Graduação". O evento terá a coordenação do pró-reitor de Graduação, professor Antônio César Perri de Carvalho, e da professora Vera Marisa Miranda Costa, da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do campus de Araraquara.

Segundo o professor Perri, o Simpósio procurará fazer uma avaliação, dentro da universidade, a respeito de como estão sendo empregadas as bolsas de graduação — de iniciação científica e PET (Programa Especial de Treinamento) — para incentivá-las. "As bolsas dão melhor capacitação para o aluno de graduação e o prepara para o curso de pós-graduação que ele venha a frequentar", afirma.

O Simpósio contará com a presença de membros do CNPq, CAPES, FAPESP, FUNDAÇÃO USP, UNICAMP, PUC-SP, e UFSCar. Os interessados em participar do evento podem obter maiores informações com os professores Perri, pelo telefone (011) 32-7171, ramais 170 e 171, e Vera Marisa, pelo telefone (0162) 32-0444, ramal 114.

CO regulamenta os grupos acadêmicos

O objetivo é incentivar e fortalecer o trabalho coletivo

O Conselho Universitário (C.O.) aprovou, no dia 11 de maio último, as normas e diretrizes para a constituição e implantação dos grupos acadêmicos nos departamentos. Esses grupos visam unir professores que desenvolvem linhas de pesquisa afins, com o objetivo de estimular e dar suporte institucional a um trabalho coletivo e interdisciplinar. A medida vem, também, retirar o peso administrativo do departamento, dando a ele um sentido mais acadêmico.

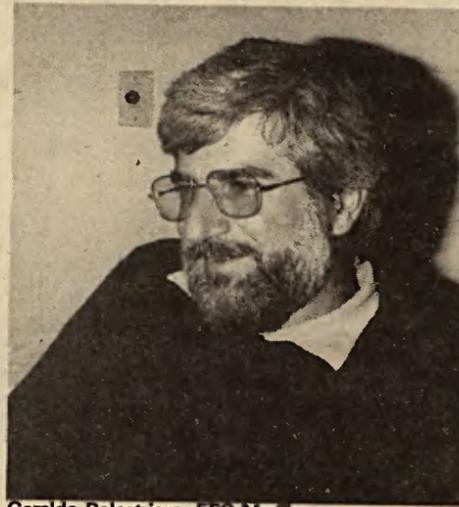
A resolução do C.O. estabelece que, para se constituir um grupo acadêmico, é necessário que a linha de pesquisa se encontre efetivamente em desenvolvimento, caracterizando-se pelo número de projetos concluídos ou em andamento, trabalhos publicados etc. Os grupos acadêmicos serão estabelecidos com um número mínimo de três docentes de um departamento, dentre os quais o coordenador, podendo vir a ser engrossado por membros de outros departamentos, unidades ou instituições.

A coordenação deve ser exercida por um docente com, no mínimo, título de doutor, escolhido por membros do grupo. Conforme prevê o Estatuto, os grupos acadêmicos deverão ser aprovados pela congregação e instituídos pelo CEPE — Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária.

Para auxiliar no trabalho de organização de grupos acadêmicos, a Reitoria encaminhou às unidades os dados de que dispõe, como a relação dos projetos de pesquisa por departamento, concluídos ou em desenvolvimento; a relação das linhas de pesquisa da pós-graduação por unidade universitária e de seus coordenadores; e a relação dos pesquisadores cadastrados na unidade, por departamento.

TRABALHO COLETIVO

"Os grupos acadêmicos serão uma



Geraldo Balestriero, FFC-Marília

tentativa de estimular a organização de professores em equipes de pesquisa, incentivando, assim, o trabalho coletivo", explica o professor Geraldo Balestriero, do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) de Marília. Para o professor Roberto de Toledo Ramalho, vice-diretor da Faculdade de Odontologia do campus de Araraquara, "os departamentos estavam tomando um rumo administrativo e, agora, com os grupos acadêmicos, eles vão voltar ao seu verdadeiro fim, que é a pesquisa".

A professora Lázara Cordeiro, do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências do campus de Rio Claro, concorda com o professor Ramalho: "Sendo uma estrutura em nível de pesquisa, o grupo acadêmico dará um formato mais racional e natural ao departamento", diz. Segundo Lázara, os grupos acadêmicos darão também a oportunidade de se canalizar os recursos disponíveis. "Além disso, o grupo tende a se especializar, com pesquisas cada vez melhores, tendo maiores condições para a



Roberto Ramalho, da FO-Araraquara

captação de recursos externos", afirma. A professora acredita também na melhoria do ensino que os grupos acadêmicos, indiretamente, acabarão por proporcionar. "Os professores terão trabalhos voltados para vários aspectos de um mesmo tema, o que levará ao seu aprimoramento e, conseqüentemente, a uma melhor aula", descreve.

Para o pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, professor Antônio Manoel dos Santos Silva, os grupos acadêmicos serão de "extraordinária importância", já que atuarão como meio de articulação de projetos de pesquisa, ao mesmo tempo em que consolidarão grupos de pesquisas emergentes. Segundo o professor, sua influência será sentida também no ensino, já que este não está dissociado da pesquisa. "Quanto mais pesquisa existir, melhor será o ensino universitário, que é um ensino crítico", diz. "Sem pesquisa, não se transmite conhecimento crítico." O professor afirma ainda que até mesmo os alunos de graduação poderão se envolver com os grupos através das bolsas de iniciação científica.

Nagle é o novo presidente da Fundunesp

Após dois anos de funcionamento, a Fundunesp — Fundação para o Desenvolvimento da UNESP — está renovando sua diretoria. No último dia 12 de junho, tomaram posse de seus cargos, em cerimônia realizada na Reitoria, o novo diretor-presidente, professor Jorge Nagle — que substituiu o professor Nilo Odália —, e o diretor de Publicações, Marco Aurélio Nogueira, que está sendo reconduzido

ao cargo. A Diretoria de Fomento à Pesquisa continuará com a professora Carminda da Cruz Landim, que será reempossada em outra ocasião.

Os dois diretores foram empossados pelo vice-reitor Arthur Roquete de Macedo, que agradeceu ao professor Nilo por sua contribuição ao desenvolvimento da Fundação e enfatizou a importância de ele estar sendo substituído pelo professor Jorge Nagle. "Com compe-



Nilo Odália, Jorge Nagle e Marco Aurélio Nogueira

tência e liderança, o professor Jorge transformou sua gestão como reitor em um marco na Universidade: a UNESP antes e depois de Nagle", lembrou.

O professor Nilo, por sua vez, se disse satisfeito por estar sendo substituído pelo professor Jorge Nagle. "É bom deixar um trabalho que se realizou nas mãos de alguém tão competente", avaliou Nilo. "Espero que o professor Nagle faça uma administração melhor do que a minha,

tendo oportunidade de expandir a Fundação."

O novo diretor-presidente agradeceu ao reitor Paulo Milton Barbosa Landim, ausente à cerimônia, por sua indicação para o cargo, e demonstrou sua alegria em estar sendo empossado pelo vice-reitor Arthur, uma pessoa que, segundo ele, tem dado grande contribuição à Universidade. O professor Jorge fez ainda uma comparação entre a UNESP e a Fundunesp: "Assim como a UNESP, a Fundunesp vai entrar em uma nova fase", disse. "Precisamos dar um passo à frente, a partir do trabalho realizado pelo professor Nilo, aproveitando todas as potencialidades da Fundação."

Finalmente, o diretor de Publicações, Marco Aurélio Nogueira, agradeceu o reconhecimento de seu trabalho, por parte da Universidade, por estar sendo reconduzido ao cargo, mesmo não podendo dedicar-se à Fundação em tempo integral. "Tenho certeza de que isso só ocorreu porque estamos realizando um trabalho coletivo, com uma equipe que tem autonomia", disse. O professor Marco Aurélio agradeceu também ao professor Nilo Odália por sua atuação junto à Fundunesp: "Se não houvesse uma pessoa com a envergadura intelectual do professor Nilo, a Fundunesp não teria chegado onde está hoje."

Cavernas e morcegos, as paixões deste grupo

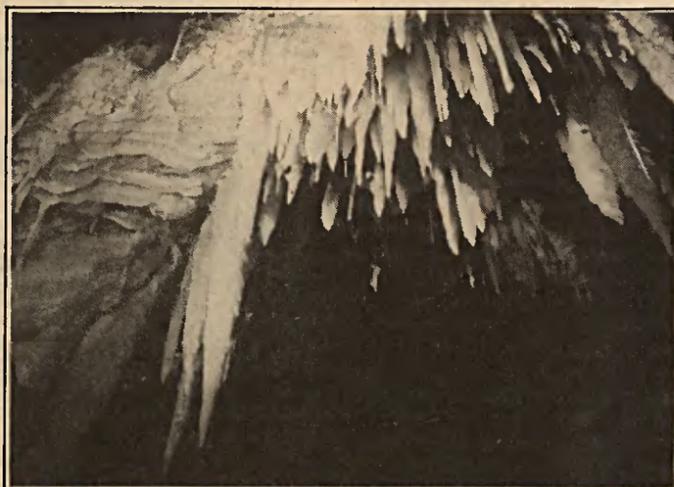
Com os objetivos básicos de aproximar ciência e esporte, aprofundar conhecimentos e ainda contribuir para o estudo e a preservação da natureza, alunos do campus de Rio Claro criaram, há exatos dez anos, o Espeleo-Grupo Rio Claro-EGRIC. Através da espeleologia — ciência que estuda as cavidades naturais do solo —, estes alunos vêm contribuindo de maneira notável para o reconhecimento das cavernas do Vale do Ribeira e das *cuestas basálticas* região há quarenta quilômetros de Rio Claro. Com um caráter marcadamente interdisciplinar, o EGRIC conta com alunos dos cursos de Ciências Biológicas e Ecologia, do Instituto de Biociências (IB), e de Geologia e Geografia, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE).

“Não matar mais que o tempo, não tirar mais que fotografias e não deixar mais que pegadas, nos lugares certos.” Seguindo o “Lema Internacional dos Espeleologistas”, esses alunos procuram aplicar, a cada expedição, tudo aquilo que aprendem em sala de aula, fazendo com que cada um passe a conhecer a especialidade do outro. Mas, como explica o presidente do grupo, Rinaldo Aparecido da Cruz Campanhã, nem sempre o que se aprende em classe é suficiente para se aventurar em cavernas escuras e desconhecidas. Para ele, é indispensável conhecer-se, antes, algumas noções básicas de segurança. Por isso, no início de cada ano, os membros do EGRIC promovem o curso “Técnicas Gerais de Campo”, para os calouros e demais interessados em fazer parte do grupo. “Com esse curso, damos orientação de como utilizar uma bússola, um mapa ou andar na mata”, diz Rinaldo. Profissionais do pronto-socorro e do corpo de bombeiros da cidade completam o curso, orientando o grupo nos cuidados com animais peçonhentos em primeiros socorros. “Se a caverna é horizontal, basta o equipamento básico: um capacete e um reator de carbureto para a iluminação”, afirma Rinaldo. “Mas, se a caverna é vertical, é essencial a noção de alpinismo”, completa. E esse conhecimento — que o pessoal do EGRIC foi adquirindo através da convivência com outros espeleologistas mais experientes —, é passado para os novos membros em uma expedição ao Horto Florestal de Rio Claro, no último dia do curso.

TRABALHOS DE GRADUAÇÃO

O interesse básico do grupo é conhecer mais profundamente as cavernas — sua fauna, temperatura, formação das rochas ou o ecossistema como um todo. As expedições do EGRIC são feitas basicamente para duas localidades: Vale do Ribeira, região de formação calcárea, com cerca de 180 cavernas cadastradas, além de um enorme potencial a ser descoberto, e para as *cuestas basálticas*, for-

Há dez anos, alunos de Rio Claro investigam as cavernas do Vale do Ribeira e das *cuestas basálticas*



JOSE SILICKAS

Caverna Alambari de Cima, no Vale do Ribeira: para se aventurar numa caverna como essa, é indispensável, antes, conhecer-se algumas noções básicas de segurança

Matar apenas o tempo, tirar só fotografias e não deixar mais que pegadas: este é o lema do EGRIC ao explorar a fauna, a temperatura, a formação das rochas e o ecossistema das cavernas



LILIO CLARETO

mações de arenito com cavernas mais pobres que as do Vale, mas igualmente pouco estudadas. São nessas formações, aliás, que alguns dos integrantes do EGRIC vêm desenvolvendo seus trabalhos de final de curso.

Segundo Rinaldo, a espeleologia é ainda pouco desenvolvida no país e, por isso mesmo, é necessário um levantamento prévio das cavernas antes de se efetuar qualquer estudo mais aprofundado. “Deve-se primeiramente mapear a caverna, fazer sua topografia e descrever tudo o que é encontrado lá dentro, como morcegos, aranhas, grilos, diplópodes ou qualquer outro animal”, argumenta Rinaldo.

Aluno do 3º ano do curso de Ecologia, Rinaldo vem estudando os morcegos que vivem nas grutas da região. “Num primeiro momento, quero definir quantas e quais são as espécies que habitam essas grutas”, ele explica. “Posteriormente, posso aprofundar o as-

sunto, vendo, por exemplo, a relação da quantidade de morcegos com a temperatura da caverna.” Rinaldo afirma que até agora já pôde perceber que a região tem poucas espécies de morcego, porém, em bastante quantidade. “A principal espécie é o *desmodus rotundus*, um hematófago neotropical”, explica. Seu trabalho preliminar consiste em capturar os bichos com redes e marcá-los com anéis para se proceder a classificação, a contagem ou outro estudo mais específico.

Um outro trabalho de graduação que vem sendo realizado juntamente com as atividades do EGRIC é o do aluno do terceiro ano de Geografia, José Silickas. Ele estuda as variações climáticas das grutas de arenito, as mesmas estudadas por Rinaldo. Seu trabalho baseia-se na termometria e na medição da pressão e umidade locais. “Com isso, conseguimos a caracterização da área, que serve

como suporte para estudos de outros profissionais”, diz Silickas. “Com o levantamento que eu realizo sobre a temperatura, é possível para o Rinaldo, por exemplo, estudar qual o ambiente ideal para a vida dos morcegos”, diz. Além disso, o profissional de Geografia pode contribuir ainda com seus conhecimentos sobre a distribuição geográfica dos seres vivos, as formas de relevo terrestre, recursos espaciais e aspectos paisagísticos de cada região.

Os membros do EGRIC têm ainda à disposição a experiência dos geólogos, com o estudo da formação das cavernas, de fósseis animais e vegetais e da orientação e crescimento dos cristais. Também os biólogos prestam sua colaboração, com a classificação dos animais que habitam as cavernas, por exemplo.

OUTRAS ATIVIDADES

Nos seus dez anos de atividade, o EGRIC promoveu alguns eventos, como o XVI Congresso Nacional de Espeleologia, realizado em abril de 1984, que reuniu em Rio Claro toda a comunidade de espeleologia brasileira. Em 1986, o grupo organizou a exposição “Naturezamostra”, no Centro Cultural da cidade, com trinta e cinco fotos.

Mais recentemente, o EGRIC enviou para a Secretaria Especial de Meio Ambiente-SEMA, através da Coordenação de Estudos e Pesquisas de Ecossistemas — Patrimônio Espeleológico —, o projeto “Levantamento Espeleológico das Grutas de Arenito da Província Serra Geral — São Paulo”. Este projeto vai ao encontro dos interesses da SEMA em implantar o gerenciamento do patrimônio espeleológico nacional. Segundo Rinaldo, esse levantamento está sendo feito em todo o país e o EGRIC foi solicitado para auxiliar os trabalhos no que diz respeito ao Estado.

O projeto é multidisciplinar, envolvendo os campos da geomorfologia, ecologia, geologia e biologia. Duas áreas do Estado de São Paulo serão analisadas: a região de Corumbataí (onde está localizada parte da “provincia geomorfológica das *cuestas basálticas*”) próxima de Rio Claro, e a de Altinópolis, nas imediações de Ribeirão Preto. O objetivo do trabalho proposto pelo grupo é o estudo da fauna e da flora dos sistemas cavernícolas, contribuindo para uma política ambiental mais coerente e para o estabelecimento de unidades de conservação naquelas regiões. Os recursos para a realização do projeto estão sendo esperados para o início do ano.

Denise Pellegrini Montes

SERVIÇO

A sede do Espeleo-Grupo Rio Claro fica na Rua 10, nº 2.527 (CEP 13500), Rio Claro. As reuniões são semanais, sempre às 20h30 das terças-feiras.

Vêm aí os V Jogos Universitários

Se você é aluno da UNESP e tem alguma aptidão para os esportes, pode ir se aquecendo. Ainda neste mês de junho deverão ser iniciados, em quinze campus da Universidade, os V Jogos Universitários.

As competições iniciais deverão acontecer em cinco diferentes regiões, compostas por três campi cada uma e coordenadas por um docente, que será o responsável pelo gerenciamento dos custos, calendário dos jogos, transporte dos atletas etc. As semifinais serão realizadas entre agosto e setembro e, as finais, entre 2 e 5 de novembro, em Rio Claro.

A região um, formada pelos campus de Ilha Solteira, São José do Rio Preto e Araçatuba, tem a coordenação do professor Jessé Martins, de Ilha Solteira. A região dois, integrada por Franca, Jaboticabal e Araraquara, é coordenada pelo professor Moacir Pazeto, de Jaboticabal. A região três, que agrupa as cidades de Presidente Prudente, Assis e Marília, é coordenada pela professora Helena Veronezzi de Andrade, de Marília. Os campus de Bauru, Rio Claro e Botucatu compõem a

região quatro dos V Jogos, coordenada pelo professor Caetano dos Santos Neto, de Bauru. Finalmente, a quinta região agrupa Guaratinguetá, São José dos Campos e São Paulo e conta com dois coordenadores: os professores Vladimir Pedro de Campos e Josildo Arnulfo dos Santos, respectivamente de Guaratinguetá e São José dos Campos.

NOVIDADES

Os Jogos Universitários da UNESP são realizados a cada dois anos e, como nas versões anteriores, reunirão desta vez as seguintes modalidades: futebol masculino, de campo e de salão; vôlei e basquete, masculino e feminino; natação, também para os dois sexos, nas modalidades costa, livre, borboleta, clássico — todas para 50 metros — e revezamento de 4 x 50 metros. No atletismo, as provas reúnem corridas de 100, 200, 1.500 e 3.000 metros, masculino, e 100 metros, feminino. Para ambos os sexos, haverá ainda as modalidades revezamento 4 x 100 metros, salto em altura, salto em extensão e arremes-

so de peso.

Além dessas modalidades, os V Jogos Universitários trarão algumas novidades, como o tênis de mesa, o xadrez e, como competição extra-oficial, o judô. “Isso, porque nem todas as unidades possuem judocas”, explica o professor Amilton Ferreira, coordenador central do evento.

A escolha do campus de Rio Claro para sediar as finais deste ano não foi por acaso, como explica o professor Amilton. “Como o Instituto de Biociências oferece o curso de Educação Física, conta com um ginásio poliesportivo, duas quadras, um conjunto de piscinas, uma pista de atletismo e um campo de futebol de primeiríssima qualidade.” Além destas vantagens, o professor aponta ainda o fato de, graças a essa infra-estrutura, as provas poderem ser realizadas no mesmo horário e em locais próximos. “Isso deverá reunir os alunos em um espaço relativamente pequeno, diminuindo as dificuldades operacionais e tornando as torcidas mais ácaloras”, ele acrescenta.

RECURSOS HUMANOS: ESCLARECIMENTOS

1 — Qual a vigência do enquadramento por mérito do servidor que entrou na UNESP antes de 31/03/88 e que não entregou o seu *currículum vitae* e respectiva documentação nos prazos estabelecidos pelas Comissões Locais de Avaliação?

R — O enquadramento por mérito entrará em vigor a partir da publicação do ato homologatório no Diário Oficial.

2 — Como deve proceder o servidor que apresentou o seu *currículo vitae* e respectiva documentação para enquadramento por mérito após o prazo estabelecido pela Comissão Local, e que pretende requerer sua aposentadoria?

R — Deverá aguardar a publicação no Diário Oficial da homologação do seu enquadramento para, posteriormente, requerê-la, caso contrário não poderá se beneficiar do enquadramento.

3 — Um servidor da UNESP que foi enquadrado por mérito, se prestar concurso e for admitido para a função idêntica, manterá o enquadramento anterior?

R — Só será mantido o nível de enquadramento quando não houver interrupção de exercício, ou seja, quando a dispensa e a nova admissão ocorrerem concomitantemente.

As eventuais dúvidas na área de Recursos Humanos devem ser encaminhadas à Coordenadoria de Recursos Humanos, seção “Recursos Humanos: Esclarecimentos”, Pça. da Sé, 96, 6º andar, CEP 01001, São Paulo, SP.



Entidades propõem emendas à Constituinte

Anteprojeto da Constituinte Estadual foi tema de seminário promovido pelo CRUESP

O Conselho dos Reitores das Universidades do Estado de São Paulo (CRUESP) promoveu, nos dias 29 e 30 de maio último em Campinas, um seminário sobre o anteprojeto de Constituição Estadual. O objetivo do seminário foi analisar o anteprojeto, publicado no Diário Oficial no dia 9 de maio, onde são tratados os temas referentes à Educação, Universidade e Ciência e Tecnologia, visando à elaboração de propostas de emendas que foram encaminhadas à Assembléia Legislativa, no início do mês de junho.

O evento contou com a participação da UNESP, através de sua Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo professor Jehud Bortolozzi, pelo Núcleo de Estudos Constitucionais da UNICAMP, coordenado pelo professor Osmar Marchese, e pelo Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP, cuja coordenadora é a professora Eunice Durhan.

Além de representantes das três universidades estaduais paulistas, estiveram presentes à reunião do CRUESP o assessor da área de ensino universitário da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Antônio Carlos Bernardo, o diretor científico da FAPESP, Flávio Fava de Moraes, e, como convidado especial, o presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Jorge Nagle. "Pelo fato de reunir os reitores das três universidades paulistas, o CRUESP tem uma certa responsabilidade de apresentar caminhos na nova Constituição do Estado especialmente no que se refere ao ensino superior e à ciência e tecnologia", avalia Antonio Bernardo, que também é professor da UNESP na Faculdade de Ciências e Letras do campus de Araraquara.

Durante os dois dias de seminário, os grupos que haviam preparado anteriormente um relatório com sugestões ao anteprojeto da carta paulista, discutiram os itens referentes ao Ensino Superior, Financiamento do Ensino Superior, Ensino de 1º e 2º Graus e Ciência e Tecnologia. Cada tema foi examinado por uma mesa, composta por uma expositor, um coordenador e um relator. No final do seminário, o documento elaborado pelo CRUESP apresentou seis emendas relativas ao ensino superior e dez para os capítulos do anteprojeto quanto à Ciência e Tecnologia e ao ensino fundamental e médio.

No caso específico das universidades, três emendas contidas no documento apresentam um "caráter fundamental", segundo o professor Bernardo. É o caso do Artigo 288 do anteprojeto onde se procura definir a natureza jurídica da universidade. A sugestão de emenda a esse artigo é a introdução de um parágrafo definindo que a universidade adquira personalidade jurídica própria.

Sobre a designação dos reitores das universidades públicas estaduais, descrita no Artigo 293, a emenda substitutiva propõe que, ao invés de ser feita na forma da lei, se dará na forma de seus estatutos. "Essa é uma prerrogativa assegurada pela autonomia universitária, inscrita na Constituição Federal, precisamente no Artigo 207", lembra Bernardo.

A terceira emenda, que se destaca, é a que diz respeito ao financiamento do ensino. Ao Artigo 301, que trata desse as-



A Comissão de Estudos Constitucionais da UNESP, presente ao Seminário do CRUESP

sunto, foi sugerido que o Estado aplique, anualmente, pelo menos 30% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Para a área da Ciência e Tecnologia, uma emenda que recebeu apoio unânime dos grupos de estudos presentes ao seminário foi a sugerida sobre o Artigo 260 do anteprojeto. Trata-se da destinação mensal de 1% da receita do Estado à

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP.

EMENDA POPULAR

Aproveitando a decisão da Assembléia Legislativa de acatar a participação popular na elaboração da Constituição Estadual, as Associações de Docentes da UNESP, USP e UNICAMP e o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior prepararam duas emendas relativas ao capítulo da Educação e da Ciên-

cia e Tecnologia.

As propostas foram subscritas pelo número de assinaturas necessárias (o mínimo é de 3 mil eleitores paulistas) e encaminhadas à Assembléia Legislativa no último dia 9 de junho, na forma de emenda popular. "Nesse documento, estamos defendendo, principalmente, a autonomia das universidades estaduais paulistas nos aspectos pedagógico, científico, acadêmico, administrativo e de gestão financeira", diz a presidenta da ADUNESP, professora Lucia Helena Lodi. No que diz respeito ao ensino superior, especificamente, as entidades propõem a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa.

Para o capítulo da Ciência e Tecnologia, as Associações de Docentes, entre outros assuntos, incluíram uma emenda visando à preservação do meio ambiente. "Trata-se de se estabelecer uma política científica e tecnológica com os princípios voltados para o aproveitamento racional e não predatório dos recursos naturais, bem como a preservação, e mesmo recuperação, do meio ambiente no Estado de São Paulo", assegura Lucia Lodi.

CEA entrega proposta de atividades

No Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, a Comissão Central do Centro de Estudos Ambientais (CEA) da UNESP, que deverá funcionar no campus de Rio Claro, esteve no Gabinete do reitor, professor Paulo Milton Barbosa Landim, para entregar uma proposta de atividades.

O projeto para a criação do CEA é coordenado por uma Comissão composta por docentes dos campus de Botucatu, Ilha Solteira, Jaboticabal e do próprio campus de Rio Claro, onde é oferecido o curso de graduação em Ecologia, no Instituto de Biociências (IB), e vem sendo discutido há mais de três anos.

Apesar de ainda não estar oficialmente ativado, o CEA já tem garantido um terreno para a construção de sua sede, com mais de 3 mil m², cedido pelo IB. Em outubro do ano passado, o Centro promoveu o I Encontro Internacional sobre Estudos de Impacto Ambiental, no Horto Florestal de Rio Claro, que contou com a participação do professor Eneas Salati, assessor técnico do comitê do meio ambiente no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington. Além desse evento, o CEA vem desenvolvendo ainda vários outros trabalhos relacionados com questões ambientais. Através do departamento de Ecologia do IB, coordenado pela professora Sâmia Maria Tauk, o centro presta assessorias e consultorias a empresas públicas e privadas que estejam envolvidas em projetos que possam vir a interferir no

meio ambiente.

Ao receber o relatório da Comissão, o reitor Paulo Landim reiterou seu interesse pela causa ecológica, alertando para os possíveis excessos emocionais. "A preocupação pela causa ambiental tornou-se mundial, e a universidade deve enfrentar estes problemas e apresentar soluções, evitando sempre o tom apaixonado." Ressaltando que, embora por razões históricas, o CEA tenha sua base em

Rio Claro, deverá contar com a participação de todas as unidades universitárias da UNESP, "já que a ecologia é, por si, multidisciplinar".

Para a coordenadora do Centro, professora Sâmia Maria Tauk, o próximo passo é ver o Centro oficializado. "Para isso", ela afirma, "a proposta de atividades do CEA deve ser encaminhada o quanto antes ao Conselho Universitário."



Vista aérea da FCA: recuperação do "pulmão verde do Estado"

O plano ecológico da FCA

Instalada numa região ecologicamente privilegiada e ministrando cursos de graduação em Agronomia e Engenharia Florestal, a Faculdade de Ciências Agrônômicas do campus de Botucatu não poderia deixar de marcar presença nas comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho último. Nessa data, sob a coordenação do professor Paulo Rodolfo Leopoldo, foi iniciada a recuperação da mata ciliar do Ribeirão Lavapés, na Fazenda Lageado, quando foram plantadas 100 árvores nativas de 22 espécies diferentes. Mas o plano de recuperação do "pulmão verde do Estado", como é conhecida a região de Botucatu, não pára aí. Posteriormente, a FCA promoverá ainda o plantio de centenas de outras árvores, inclusive frutíferas, como forma de atração de pássaros e outros animais.

Esse plano faz parte de um conjunto de medidas que a FCA vem tomando com a finalidade não só de recuperar a mata ciliar,

como também desenvolver trabalhos no sentido de despoluir a água do Ribeirão Lavapés, que hoje carrega os esgotos domésticos e industriais da cidade de Botucatu.

PARQUES E JARDINS

Outro aspecto do plano ecológico empreendido pela FCA é a criação de uma área de parques e jardins, que já está sendo projetada e implantada, sob a coordenação do professor Chukichi Kurozawa, vice-diretor da Faculdade, e com a colaboração da área de Fruticultura e Paisagismo da FCA.

Com este conjunto de medidas, pretende-se, de acordo com o professor Flávio Abranches Pinheiro, diretor da FCA, a recuperação ambiental de uma área significativa da Fazenda Lageado (com um total de 939 hectares), cumprindo-se um objetivo próprio da Faculdade e também transformando-se numa área de lazer para a população de Botucatu.



Sâmia Tauk: oficialização do Centro

Docente da UNESP preside CONDEPHAAT

O antropólogo Edgard de Assis Carvalho, da FCL de Araraquara, é o novo presidente do órgão

Docente em turno completo do Departamento de Antropologia, Filosofia e Política da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), do campus da UNESP em Araraquara, o antropólogo Edgard de Assis Carvalho é, desde 2 de junho último, o novo presidente do CONDEPHAAT — Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico do Estado, órgão da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

O professor Edgard considera o cargo, para o qual foi convidado pelo secretário da Cultura, Fernando Morais, um grande desafio. “Especialmente neste momento, em que cresce a preocupação com a preservação ambiental, área extremamente complexa”, diz. Afirmando-se contrário ao que chama de “preservação aleatória”, apenas como bandeira, ele acha que o sistema precisa ser repensado, até por razões econômicas. “Veja, por exemplo, o caso do Parque das Rosas, na Avenida Paulista. A casa, hoje, está preservada em troca de um prédio construído nos fundos. Ou, ainda, do Trianon, um jardim que pode ser tomado como exemplo de preservação bem sucedida, conservando a flora original da região.”

Como o professor Edgard pôde constatar já na primeira reunião do CONDEPHAAT (elas acontecem às segundas-feiras), há muito trabalho pela frente: na ocasião, foram examinados nada menos que 94 processos. “Um dos motivos desse excesso de processos é que denúncias e requerimentos de tombamentos podem ser feitos por qualquer cidadão”, ele lembra. “A simples troca de uma fechadura externa de um imóvel tombado requer licença especial do CONDEPHAAT, a quem cabe,



Edgard Carvalho e o Parque das Rosas: exemplo de preservação bem-sucedida

ainda, solicitar tombamentos e, se for o caso, impetrar recursos jurídicos.”

Para o professor Edgard de Assis Carvalho, o problema mais imediato a ser enfrentado é o da preservação da Mansão dos Matazzos, na Avenida Paulista, cujo processo foi reaberto recentemente e a cujo tombamento ele é, em princípio, contrário. Outro desafio, este em nível interno, é o da modificação da composição do próprio Conselho, hoje com 23 membros, 13 dos quais representando as três universidades públicas estaduais. “Sou favorável a um Conselho mais pluralista, ampliando-se, dessa forma, a representatividade de outras instituições da sociedade civil”, afirma. Fazem parte do Conselho, representando a UNESP, os professores Alzira Lobo de Arruda Campos, Beatriz Maria Soares Pontes, Maria Angela D’Incao e José Cláudio Gomes, do Departamento de História e Arquitetura.

Coordenador do mestrado e doutorado em

Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e assessor de sua Reitoria, Edgard, que trabalhou algum tempo com a defesa das populações indígenas de São Paulo e do Paraná, acha que a própria conceituação de tombamento deve ser repensada: “Somente bens imóveis devem ser tombados? E os bens móveis, como as coleções de arte e as bibliotecas particulares, não deveriam também ser preservadas, evitando-se dessa forma sua evasão para fora do país?”, ele pergunta, antevendo possíveis novas atribuições ao CONDEPHAAT.

SERVIÇO

O CONDEPHAAT está instalado no prédio da Secretaria da Cultura, à Rua da Consolação, 2333, 8º andar. CEP 01301 — São Paulo, SP. O telefone é (011) 259.9611.

Vereadores debatem a Educação

Entre novembro e março últimos, os Núcleos de Ensino da UNESP realizaram um extenso e acurado trabalho na região de São José do Rio Pardo, visando elaborar um diagnóstico quantitativo do ensino de 1º e 2º graus. Concluída a primeira fase dos trabalhos, a Coordenação Central dos Núcleos elaborou um relatório, que foi enviado à Reitoria da UNESP e à Câmara Municipal de Vereadores de São José do Rio Pardo.



Vereadores: boas vindas à Universidade

Diante da gravidade do exposto no documento, a Câmara resolveu inteirar-se da situação da educação pública e, através de um convite dirigido à Reitoria e ao Centro de Pesquisa em Educação Escolar, onde julga conveniente “a manutenção de um canal UNESP/Câmara”, marcou uma sessão extraordinária, por fim realizada no último dia 8 de maio. Durante a reunião, que contou com as presenças do Chefe de Gabinete da Reitoria, Guilherme Corrêa de Toledo, e dos coordenadores dos Núcleos de Ensino, professores Odair Sass, Ivan Russeff e Fernando Casadei, discutiu-se sobretudo os motivos que levaram ao alto índice de evasão e repetência e ao baixo nível de atendimento à pré-escola.

O objetivo básico da reunião, presidida pelo vereador João Batista Santurbano, presidente da Câmara, foi perguntar à Universidade como os vereadores poderiam contribuir para, pelo menos, minorar os problemas apontados no relatório. “Por enquanto, o importante é manter ativo este canal de co-

municação entre a Câmara e o Centro, elaborando as formas que a Câmara adotaria para ajudar a solucionar o problema”, afirma Odair Sass, coordenador do Centro. Para Ivan Russeff, o evento é de extrema importância na medida em que é inédito e pode frutificar outros desdobramentos. “Apesar de estar colocando a nu as deficiências do ensino, sentimos que a Universidade é bem-vinda na região”, ele avalia. De acordo com Guilherme Corrêa de Toledo, a UNESP tem apoiado irrestritamente os trabalhos realizados em São José do Rio Pardo. “Estivemos presentes justamente para esclarecer o que foi feito até agora e também para levantar outras questões e lhes dar encaminhamento”, disse.

A reunião contou também com as presenças dos professores Marcio Lauria, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo e representante do prefeito, e José Ênio Casalecchi, diretor da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, e dos pesquisadores Wagner Valente e Elvira de Lima, além de 17 vereadores.

Programa de “vales” aumenta benefícios

Os programas “vale-transporte” e “vale-refeição” foram alterados, no mês passado, de forma a beneficiar um maior número de servidores técnicos e administrativos da Universidade.

O teto estabelecido para enquadramento nos programas, que era de seis pisos salariais do Estado, passou a ser de seis pisos salariais das carreiras do pessoal não docente da UNESP, vindo atender, com essa medida, 93% dos servidores técnicos e administrativos. Para o corpo docente, os dois programas mantiveram os 23% de beneficiados.

Para utilização mensal, foram fornecidos para cada servidor e docente que se enquadre nas normas estabelecidas, 22 vales—refeição, no valor unitário de NCz\$ 2,17, e 44 vales-transporte, sendo que cada Unidade Universitária apresenta um valor diferente, fixado de acordo com as tarifas locais.

O programa de “auxílio-graduação”, destinado aos servidores carentes que desejam ingressar em cursos de nível superior, irá contemplar, este ano, 445 servidores de toda a UNESP.

X Seminário da ADUNESP

Promovido anualmente pelo campus de Guaratinguetá, o Seminário da Associação dos Docentes da UNESP (ADUNESP) tem por objetivo reunir profissionais e estudantes interessados na pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas áreas de Engenharia e em suas aplicações. Neste ano, o evento, em sua décima versão, será realizado entre 20 e 30 de novembro próximo, e sua Comissão Organizadora estará recebendo os trabalhos até o próximo dia 7 de julho.

Serão aceitos artigos que divulguem resultados de pesquisas já obtidos e relatos de projetos ainda em andamento, nas áreas de Produção e Sistemas, Engenharia Civil e Arquitetura, Ciências dos Materiais e Eletrotécnica, Armazenamento e Conservação de Energia e tópicos correlatos à Engenharia e suas aplicações. A aceitação ou não dos trabalhos será notificada aos autores no dia 14 de agosto.

Os interessados devem encaminhar seus trabalhos para: X Seminário ADUNESP — Guaratinguetá — Caixa Postal 205, CEP 12500.

Medicina tem nova diretora

A professora Dinah Borges de Almeida tomou posse, no último dia 7 de junho, do cargo de diretora da Faculdade de Medicina (FM) do campus de Botucatu, em solenidade realizada na Reitoria, com a presença do vice-reitor Arthur Roquete de Macedo e de diversos membros da comunidade de Botucatu e da Reitoria. A professora, até então vice-diretora, vem substituir o diretor Arthur Macedo, afastado de suas funções para assumir a Vice-reitoria. O mandato da professora se encerra no dia 16 de agosto de 1992 e seu vice deverá ser escolhido, pela unidade, no prazo máximo de trinta dias.

Durante a solenidade, o reitor Paulo Milton Barbosa Landim lembrou que a professora Dinah assume uma das unidades mais importantes da Universidade e, também, a unidade auxiliar mais complexa: o Hospital das Clínicas. “Temos a certeza de que serão quatro anos profícuos para o Hospital e para a Faculdade de Medicina como um todo”, afirmou Landim.

A professora enfatizou que este é um momento importante para que o corpo da Universidade se integre e se fortaleça. “A UNESP cumpre um grande papel na descentralização do ensino superior no Estado”, disse. “Por isso, devemos trabalhar não só para que a Faculdade de Medicina cumpra seus objetivos quanto à graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão à comunidade, mas também batalhar para que a Universidade como um todo se firme e cumpra seu papel.”



Prof. Dinah: unidade mais complexa

Universidade lança jornal cultural

Já está em fase final de elaboração um novo jornal que será editado pela Assessoria de Comunicação e Imprensa da Reitoria. Sem nome definido ainda, será um tablóide, de caráter científico-cultural, com edição bimestral, que procurará reportar e debater tendências importantes no terreno da ciência e cultura em seu sentido mais amplo: das ciências humanas e exatas, passando pela tecnologia e artes. Um jornal que se diferenciará das revistas acadêmicas, pois será feito basicamente de reportagens e opiniões, e estará atento a acontecimentos pontuais, que refletirão preocupações do mundo acadêmico e cultural.

As matérias deverão tratar os temas com enfoque multifacetado e pluridisciplinar, em linguagem não especializada. Ele será pluriuniversitário e contará, em seu conselho editorial e corpo consultivo, com professores de diversas universidades e intelectuais independentes. O objetivo é preencher uma lacuna de divulgação de amplo alcance geral mas que não privilegie modismos científicos, literários ou culturais, ou então que fique preso ao “show da vida”.

O primeiro número — um protótipo, resumido — será lançado durante a 41ª Reunião Anual da SBPC, que acontecerá entre os dias 9 e 15 de julho, em Fortaleza. Por ocasião do lançamento, será feita uma mesa-redonda coordenada pelo professor Ademair Freire Maia, da UNESP, campus de Botucatu, cujo tema será: “Ética das Ciências e dos Cientistas”. Dela tomarão parte os professores William Saad Hossne, da UNESP, Varwick Kerr, da Universidade Federal de Uberlândia, e o antropólogo Darcy Ribeiro.

A coordenação do projeto está a cargo de Sônia Goldfeder e Reginaldo de Moraes, com projeto gráfico de Isabel Carballo.



TESES, DISSERTAÇÕES E CONCURSOS

DOCENTES

• **Marco Antonio Alvarenga** (FMVZ-Botucatu): "Efeito de alguns fatores sobre os índices de coleta e transferência de embriões em equínos." Banca: Frederico Ozanan Papa, José Luiz de Mello Nicoletti e José Antonio Visintin. Mestrado, dia 6 de junho, na FMVZ.

• **Márcio Antonio Teixeira** (FCT-Presidente Prudente): "As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da 'grande Dourados'." Banca: Mário de Biasi, Pasquale Petrone, Manoel Fernando Gonçalves Seabra, Alvanir de Figueiredo e Ollimpio Beza Martins. Doutorado, dia 22 de junho, na FFLCH/USP.

ALUNOS

• **José Marques Luiz** (IQ-Araraquara): "Oxissulfetos de Lantânio e de Ítrio ativados por Európio: $(Ln_{1-x}Eu_x)_2O_2S$. Síntese e Caracterização". Banca: Elizabeth B. Stucchi, Oswaldo Luis Alves e Fernando Tadeu Lellis. Mestrado, dia 20 de abril, no IQ.

• **Elenice de Cássia Conforto** (IB-Rio Claro): "Efeitos do estresse hídrico sobre o desenvolvimento de arroz (*Oryza sativa*, L.) em convivência com capim pé-de-galinha (*Eleusine indica* L.) Gaertn." Banca: José Antonio Proença Vieira de Moraes, Massanori Takaki e Sonia Cristina J. G. de Andrade Perez. Mestrado, dia 17 de maio, no IB.

• **Maria Rita de Cássia Cruz Goitein** (IB-Rio Claro): "Estudos morfológicos e morfométricos do corpo gorduroso e enócitos de *Apis mellifera* L. (Hymenoptera, Apidae) durante o desenvolvimento larval." Banca: Carminda da Cruz Landim, Ana Maria Costa Leonardo e Maria Alice da Cruz Höfling. Mestrado, dia 18 de maio, no IB.

• **Marília Rodrigues Pereira de Noronha** (IB-Rio Claro): "Formas de vida e reprodução em Pteridófitas." Banca: Paulo Günter Windisch, Leopoldo Krieger, Antonio Barioni Gusman, Armando Carlos Cervi e Sylvio Panizza. Doutorado, dia 19 de maio, no IB.

• **Elza Araújo Torres** (IB-Botucatu): "Estudos de ligação entre complexo HLA e glaucoma crônico simples." Banca: Jehud Botolozzi, Maria Gerbase de Lima e Jorge Kalil Filho. Mestrado, dia 23 de maio, no IB.

• **Antonio Olimpio Junior** (IGCE-Rio Claro): "O K-Produto de classes de sistemas algébricos." Banca: Irineu Bicudo, Eurides Alves de Oliveira e Jacob Zimbarb Sobrinho. Mestrado, dia 25 de maio, no IGCE.

• **Vera Lucia Salazar Pessoa** (IGCE-Rio Claro): "Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba — MG." Banca: Miguel Cesar Sanchez, Lucia Helena de Oliveira Gerardi, Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta, Marcos Roberto Moreira Ribeiro e Rosa Ester Rossini. Doutorado, dia 26 de maio, no IGCE.

• **José Benedito Perrella Balestieri** (IB-Rio Claro): "Toxicidade de inseticidas e efeitos respiratórios em duas espécies de meliponíneos *Tetragonisca angustula angustula* (Latreille, 1807) e *Nannotrigona testaceicornis testaceicornis* (Lepelletier, 1836) (Hymenoptera-Apidae)." Banca: Maria José Ap. Hebling Beraldo, Osmar Malaspina e Luci Rolandi Bego. Mestrado, dia 9 de junho, no IB.

CONCURSOS

• **Gilberto Luiz Pozetti** (IQ-Araraquara). Banca: Jean Pierre Gastmans, José Norberto Callegari Lopes, Renato Baruffaldi, Walter Wichneski e José Zuanon Netto. Dias 2 e 3 de março, no IQ.

• **Koychi Tomita** (IQ-Araraquara). Banca: Wladir Garlipp, José Zuanon Netto, Yvonne Primerano Mascarenhas, Eduardo Ernesto Castellano e Douglas Wagner Franco. Dias 4 e 5 de abril, no IQ.

Atuação da CCG orienta nova pró-reitoria

O professor Antônio César Perri de Carvalho, da Faculdade de Odontologia do campus de Araçatuba, foi presidente da extinta Câmara Central de Graduação por quatro anos, período em que o órgão perdeu a sua característica de despachante de processos e ganhou a qualificação de um fórum de discussões e de definição de propostas para as questões que envolvem o ensino de graduação na UNESP. Agora, como primeiro pró-reitor de graduação da Universidade (tomou posse no dia 11 de maio último), o professor Perri quer ampliar a atuação da UNESP junto ao ensino de 1º e 2º graus, continuar trabalhando no aperfeiçoamento do vestibular e, claro, melhorar o ensino de graduação aqui oferecido.

Jornal da Unesp — A UNESP tinha uma Câmara Central de Graduação e agora passa a ter um Pró-Reitoria de Graduação. Como o senhor vê essa mudança?

Antonio César Perri de Carvalho — De certa forma, é uma continuidade de serviços, embora com uma abrangência muito maior. Mas eu justifico a continuidade porque, durante os dois mandatos da Câmara Central de Graduação, nós contamos com a participação efetiva dos membros no sentido de ampliar a atuação da Câmara da atividade cartorial para realizações mais amplas. Em decorrência disso é que surgiu a pretensão da CCG de coordenar, por exemplo, a elaboração do documento "Diretrizes para a Política de Ensino de Graduação da UNESP".

JU — Quais são as suas prioridades neste momento de instalação da Pró-Reitoria de Graduação?

Perri — Dentro da proposta do documento "Diretrizes para uma Política do Ensino de Graduação da UNESP", nós já tínhamos algumas idéias alinhavadas, como uma atuação mais próxima do ensino de 1º e 2º graus, uma reflexão sobre currículos, vestibular e sobre o estado geral dos nossos cursos. Assim, o prioritário, agora, passa a ser a elaboração de um projeto que coloque a UNESP efetivamente contribuindo para com o ensino de 1º e 2º graus no Estado de São Paulo. A proposta preliminar foi apresentada pelo professor Paulo Landim, ainda na condição de vice-reitor da UNESP. Vamos coletar subsídios com docentes que trabalham na área e, o quanto possível, tentar chegar a um projeto que relacione a Educação no Estado com a UNESP.

JU — E como fica a questão da avaliação?

Perri — Esta é outra de nossas prioridades. É um assunto extremamente polêmico, mas uma imposição da época em que vivemos. Não podemos ficar aguardando avaliações classificatórias externas, como as realizadas recentemente pela revista *Playboy* e pelo *Guia do Estudante*, ou pelas avaliações do MEC. O MEC quer apenas coordenar o processo, estimulando cada instituição a elaborar o seu próprio projeto. No caso da UNESP, há uma série de agentes complicadores, gerados pelo fato de sermos uma universidade multicampus. Mas nós pretendemos trabalhar com a participação de todas as unidades na elaboração de um processo que não será imposto, mas proposto. Tenho a impressão de que esse será um projeto de peso para a Universidade, que deverá trazer uma contribuição valiosa



Antônio César Perri de Carvalho

não só para a avaliação dos nossos cursos mas, principalmente, para desenvolver métodos e procedimentos de apoio à melhoria da qualidade de ensino.

JU — Quando se fala em avaliação, geralmente há uma resposta negativa, porque imagina-se cortes de verbas, extinção de cursos etc. Como a Pró-Reitoria de Graduação vem pensando esta questão?

Perri — De maneira exatamente inversa. Pretendemos apoiar os cursos, objetivando sua melhoria, e fomentar a interconexão universitária, a integração dos diversos cursos e daqueles que tiverem algumas áreas deficitárias. Julgamos que esse processo avaliativo deve servir, principalmente, como uma forma de retro-alimentação para os nossos cursos. Dependendo das propostas que partirem das unidades, nós poderíamos, por exemplo, contar com a participação de ex-alunos, que poderão trazer algumas contribuições valiosas dentro desse processo.

JU — A Câmara Central de Graduação passou a ter uma atuação também junto ao vestibular, que permanece uma questão polêmica. Com a Pró-Reitoria, essa atuação vai continuar existindo? E em que direção?

Perri — A atuação prosseguirá em contatos constantes com a UNESP que, dentro da previsão do próprio Estatuto, é a entidade responsável pela execução do nosso vestibular. Entretanto, pretendemos intensificar ainda mais a aproximação e a participação dos órgãos colegiados superiores da UNESP na política do vestibular e na preparação do nosso vestibular.

JU — A Pró-Reitoria já dispõe de alguns dados balizadores dessa atuação?

Perri — Já. Em decorrência do alto índice de reprovação na prova de Comunicação e Expressão deste ano, acionamos o mecanismo da reopção, que foi o mais indicado para aquele momento. Entretanto, verificamos que aqueles cursos que não tiveram suas vagas preenchidas mesmo após diversas chamadas, mesmo após a reopção, ainda apresentavam vagas remanescentes. E há um dado novo: entre o número de matrículas e a frequência nos nossos cursos, encontramos um percentual preocupante de não preenchimento de vagas em todas as áreas. Então, consideramos que esses dados, que estão relacionados com o vestibular, com as condições do aluno de segundo grau e também, provavelmente, com a divulgação e a inserção das nossas unidades na comunidade paulista, são dados que deverão ser refletidos constantemente.

**JU — Professor, o senhor falou em percentual preocupante. Já há números e esse res-
peito?**

Perri — O que temos ainda são dados apenas parciais, que estão sendo preparados para serem submetidos à CCG e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária, quando nós fixarmos as vagas para o vestibular do ano de 1990.

JU — Uma vez concluída a Constituinte Federal, a consequência natural é a legislação complementar, na qual se inclui a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação nacional. No mesmo momento, é cobrado da universidade pública uma atuação nesse processo. Pensando-se que a LDB tem uma interferência direta nos cursos de graduação do ensino superior, eu perguntaria se a Pró-Reitoria está se pautando, de alguma forma, no sentido de colaborar na sua elaboração.

Perri — Sem dúvida. Estamos inclusive começando a programar um painel para o segundo semestre deste ano, onde será tratado o tema "Autonomia e LDB". Além disso, temos participado de eventos fora da Universidade, onde esse assunto já tem aparecido.

JU — No ano passado, a CCG realizou um primeiro ciclo de seminários sobre ensino de graduação. Qual é a avaliação que o senhor faz dos resultados e da validade desse tipo de discussão?

Perri — Este seminário de graduação surgiu em decorrência do documento "Diretrizes para uma Política de Graduação", aprovado pela CCG, pelo CEPE e pelo C.O. Durante sua realização, nós tivemos algumas dificuldades, como um certo distanciamento entre os canais de comunicação da Reitoria com as unidades, o que acabou motivando críticas de alguns docentes que não perceberam que o documento foi elaborado com consultas e com a participação de todas as unidades. O seminário cumpriu a sua proposta quando provocou reflexões nas unidades e quando efetivou reuniões de cursos idênticos, onde alguns assuntos em comum foram discutidos. Falta agora encerrarmos esse processo, o que deve ocorrer nos próximos dias, na Reitoria. Mas, mesmo com essa visão parcial, podemos dizer que, pelo fato de ele ter movimentado unidades e promovido reuniões entre unidades, já cumpriu sua finalidade.

JU — Durante quatro anos, o senhor foi presidente da Câmara Central de Graduação, onde conviveu com um grupo de docentes preocupado com o destino da graduação da universidade. Nessa época, tudo era resolvido coletivamente. Agora, como pró-reitor, o senhor está vivendo uma situação de certa forma inversa, sendo obrigado a tomar atitudes isoladamente.

Perri — Esta questão é muito curiosa. Antes, eu estava constantemente na Reitoria, em função de reuniões da CCG, do CEPE, sempre participando de grupos e, principalmente, representando a CCG. Logo após a posse na Pró-reitoria de Graduação, ocupei uma sala na Reitoria. Naquele instante, naquela sala vazia, sentia uma sensação estranha que, na verdade, mostrou que daqui para a frente, dentro das condições da nova estrutura da Reitoria e das condições que a Universidade oferece, vamos ter que montar estruturas de consultas com a participação ativa de todos os segmentos que trabalham na área acadêmica e, tão logo seja possível, vamos nos deslocar pelos campi, participando de reuniões e analisando in loco os problemas de ensino na Universidade.

IB é base para todo o campus de Botucatu

Etimologicamente, a palavra universidade significa "união das diversidades". Para o Instituto de Biociências (IB) do campus de Botucatu, este significado não poderia ser mais adequado. Ali, o caráter multidisciplinar que sugere o vocábulo, tão defendido nos meios acadêmicos, é vivido de fato, tanto no ensino como na pesquisa.

Fruto da união, em 1976, dos departamentos que compunham os grandes setores básicos e biológicos da antiga Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (instituição de ensino superior isolada), o IB oferece, desde então, todo o conjunto de disciplinas para a formação básica dos alunos dos dois primeiros anos dos cursos de Medicina, Veterinária, Agronomia, Zootecnia, Engenharia Florestal e Enfermagem. Esses cursos são ministrados pelas outras três Unidades Universitárias do campus de Botucatu: Faculdades de Medicina (FM), de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) e Ciências Agronômicas (FCA).

O IB oferece integralmente somente o curso de graduação em Ciências Biológicas, com quarenta vagas no vestibular. Portanto, a esses quarenta futuros biólogos vêm se somar os 290 alunos dos outros cursos, o que perfaz um total de 330 novos estudantes ingressando todos os anos no IB. "Este ano temos, no Instituto, 755 alunos de graduação", lembra o diretor Cecílio Linder. Para abrigar essa população estudantil, o Instituto de Biociências ocupa vinte prédios, num total de 12.200 m² de área construída.

O IB oferece o formidável número de 346 disciplinas, das quais 159 dedicadas à graduação e 191, à pós-graduação. Para o professor Cecílio Linder, todo esse esforço para garantir a boa formação dos alunos tem sido reconhecido. "Quando se vê, por exemplo, registrado no último Guia do Estudante, publicado pela Editora Abril, que não só o IB recebeu a cotação 'excelente', mas também outras Unidades do campus, como a FMVZ e FCA, sentimos que estamos atingindo a nossa meta", diz.

Parte desse sucesso, segundo o diretor, deve ser atribuído ao corpo docente do IB, exclusivo e em regime integral. "A maioria dos nossos professores possui títulos acadêmicos e estágios em universidades estrangeiras", afirma. Outra razão que explica a trajetória bem-sucedida



IB: 12.200 m² para abrigar 755 alunos de graduação

do Instituto é a preocupação de sempre aperfeiçoar seus currículos. Nos últimos quatro anos, por exemplo, a Câmara de Gradação do IB elaborou um novo currículo para o curso de Ciências Biológicas. A partir de agora, os alunos que ingressarem no curso poderão seguir, por opção própria, três caminhos diferentes: o bacharelado, a licenciatura ou a modalidade médica. "Dessa maneira, garantimos ao aluno a possibilidade de ele se profissionalizar dentro daquilo que achar melhor", explica o diretor técnico-acadêmico do IB, professor Roque Tamburini.

A partir de 1980, o IB investiu na pós-graduação em Ciências Biológicas e, hoje, conta com cinco áreas de concentração, todas recomendadas pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): Zoologia, Botânica, Genética, Anatomia e Farmacologia. Exceto essa última, criada este ano e em que só é oferecido o mestrado, as demais abrangem o mestrado e doutorado. No total, a pós-graduação do IB conta com 132 alunos.

As investigações científicas envolvem desde a biologia subcelular até um levantamento florístico de determinada região, realizada por botânicos. Todo o leque de atividades conta, porém, com um poderoso equipamento, podendo ser utilizado tanto pelos pesquisadores do IB como das outras Unidades. Trata-se do microscópio eletrônico por transmissão, instalado em um laboratório que, por suas atividades científicas, foi classificado pela Financiadora de Estudos e Projetos

(FINEP) como pertencente ao Grupo I, ou seja, um dos mais produtivos do país.

SERVIÇOS À COMUNIDADE
Geralmente, as pesquisas desenvolvidas nos vários departamentos do Instituto de Biociências tornam-se extensão de serviços à comunidade. É o caso, por exemplo, de um grupo multidisciplinar de pesquisadores do departamento de Microbiologia e Imunologia que vem realizando, há vários anos, estudos visando combater uma doença exclusiva da América Latina. Com alta incidência justamente na área central do Estado de São Paulo, onde Botucatu está localizado, a Paracoccidiodomicose (Pb micose), também chamada de blastomicose sul-americana ou, simplesmente, micose do capim, infecta lavradores e trabalhadores rurais. "Atendemos de dois a três novos casos por semana", diz a professora e pesquisadora Maria Terezinha Peracoli.

Genética é mais uma área de pesquisa desenvolvida com ênfase no IB, cujos resultados acabam sendo assimilados pela comunidade. "Com os estudos voltados ao reino vegetal, o departamento vem atendendo várias solicitações de empresas produtoras de sementes para melhoramento genético", salienta a professora Catalina Romero Lopes. Na área humana, como conta a pesquisadora Denise dos Santos, o departamento vem fazendo diagnósticos em crianças com má-formação, mulheres com problemas de abortos múltiplos etc. Neste departamento há, ainda, o Laboratório de Imunogenética Animal, para a melhoria genética de bovinos e equinos.

150 e 180 ligações mensais, a maioria de pessoas que se automedicaram de maneira errada", atesta o professor Igor Vassilieff, coordenador do Centro.

Desde 1981, o Centro conta com um ambulatório para atender aos intoxicados, cuja demanda mensal é de cem pessoas. "Prestamos os primeiros socorros, colhemos material para análise e, dependendo do caso, encaminhamos o paciente ao HC", explica o professor Vassilieff. Graças a um convênio com o Serviço Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), o Centro realiza, anualmente, de três a quatro cursos para os profissionais da rede de saúde, visando divulgar os diagnósticos diferenciais de intoxicação.

Dentre os vários serviços periódicos, há os exames realizados, por exigência legal, em funcionários de empresas que ficam expostos a materiais tóxicos, como os aplicadores de veneno nas campanhas realiza-

das pelas superintendências de Controle de Endemias (SUCEN) e de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM). Os profissionais do Centro costumam dar assessorias ao poder judiciário, na elaboração de laudos toxicológicos. "Estamos, agora, cuidando de um caso na cidade de Bastos, onde uma empresa está sendo processada pela intoxicação de seus 130 funcionários, pelo uso indevido de um produto que libera cianeto no organismo humano", relata Vassilieff.

Há dois anos, o Centro de Assistência Toxicológica participa de um projeto, junto à Secretaria da Saúde e à CETESB, para despoluir o rio Tietê-Piracicaba, que está comprometido por mercúrio. "Já fizemos o levantamento dos teores de mercúrio no organismo de 140 pessoas que moram nas colônias de pescadores e detectamos índices acima dos aceitáveis", informa o professor. (AM)

LILIO CLARETO



O diretor Cecílio Linder: meta atingida

CLOVIS FERREIRA

Além de plantas, o jardim botânico abriga também, periodicamente, espetáculos artísticos, como no Dia Mundial do Meio Ambiente. Além disso, o IB é, talvez, em toda a UNESP, a unidade que mais promove eventos culturais. Há quatro anos, a Comissão de Atividades Culturais, vem conseguindo trazer atrações artísticas ao IB que raramente chegariam ao Interior.

Para se ter uma idéia do bom nível das apresentações, já estiveram no anfiteatro do IB (com capacidade para 170 pessoas) vários grupos de música como "Os Mulheres Negras", o "Cantata Urbana", o Grupo de Percussão do Instituto de Artes e o Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo. Além desses, estiveram dedilhando o piano do anfiteatro os pianistas Cláudio Richerme e João Carlos Parreira.

No dia 21 de junho, será a vez do grupo "Trombonismo", que recentemente apresentou-se no Maksoud Plaza, em São Paulo. "Todos estes espetáculos têm a entrada franqueada ao público", lembra a professora Maria Aparecida. As crianças também são alvo da programação: para os filhos de funcionários que ficam na creche local e mesmo para as crianças das escolas da região, são dados cursos de artes cênicas.

Para receber os calouros e abolir os desagradáveis "troles", a Comissão organiza, no início de cada ano letivo, uma extensa programação, com palestras, shows e ginásticas, que culmina com o "Baile do Bicho". Para o próximo semestre, já está sendo idealizado um concurso de fotografias sobre o cotidiano no campus, com a participação dos três segmentos. "Aliás, a interação de alunos, professores e funcionários é o nosso objetivo principal", ressalta Maria Aparecida.

Adriana Machado

INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS

FUNCIONÁRIOS

Número Total 254

GRADUAÇÃO

CURSO PRÓPRIO	Nº DE ALUNOS
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	163
CURSOS QUE MINISTRA NO CICLO BÁSICO	
AGRONOMIA	183
ENFERMAGEM	20
ENGENHARIA FLORESTAL	38
MEDICINA HUMANA	195
MEDICINA VETERINÁRIA	85
ZOOTECNIA	73
TOTAL	755

ESTRUTURAS DEPARTAMENTAIS

DEPARTAMENTOS
ANATOMIA
BIOESTATÍSTICA
BIOFÍSICA
BOTÂNICA
EDUCAÇÃO
FARMACOLOGIA
FISIOLOGIA
GENÉTICA
MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA
MORFOLOGIA
PARASITOLOGIA
QUÍMICA
ZOOLOGIA

DOCENTES

REGIME DE TRABALHO	Nº DE DOCENTES
RDIDP	164

Campus de Botucatu — Distrito de Rubião Júnior, s/nº CEP 18610 Botucatu — SP — Fone (0149) 22-0555

Assistência toxicológica, exemplo de extensão

A Farmacologia é outro dos departamentos do Instituto de Biociências que vem prestando serviços de inegável importância à população da região de Botucatu. A esse departamento está ligado o Centro de Assistência Toxicológica, que, só no ano passado, atendeu 980 pessoas intoxicadas pelos mais variados tipos de produtos químicos.

A maioria dos casos de intoxicação provém de praguicidas-inseticidas (paration, malation, tolidol e aldrin), afetando, principalmente, trabalhadores rurais e operários de indústrias que lidam com metais pesados, como chumbo, arsênico, mercúrio e iodo.

Instalado num prédio inaugurado em janeiro último, onde trabalham dois biólogos, um farmacêutico, um químico, dois médicos e quatro técnicos, o Centro funciona 24 horas por dia, inclusive nos feriados e finais de semana. "Recebemos, pelo nosso serviço telefônico, entre